



Comissão
Europeia

[PRIMAVERA 2013 ▶ N.º 45]

panorama

inforegio

▶ Aproximar as comunidades

Os fundos da UE apoiam
a estabilidade e a cooperação

- ▶ Política de coesão, a principal fonte de investimento da UE
- ▶ Boas práticas em matéria de desenvolvimento urbano

Política
Regional
e Urbana

▶ **EDITORIAL** 3
Comissário Johannes Hahn

▶ **DESTAQUE** 4-7
OS FUNDOS ESTRUTURAIS DA UE DESEMPENHAM UM PAPEL CRUCIAL NO PROCESSO DE PAZ NA IRLANDA DO NORTE

▶ **O PAPEL FUNDAMENTAL DA POLÍTICA DE COESÃO NA RETOMA DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NA EUROPA** 8-11

▶ **EA EDIÇÃO DE 2013 DOS PRÉMIOS REGIOSTARS REVELA MAIS PROJETOS INOVADORES NAS REGIÕES** 12-15

▶ **BASE DE DADOS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA A APRENDIZAGEM POLÍTICA** 16-19

▶ **MOBILIZAR AS CAPITAIS DA UE** 20-21

▶ **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** 22-23

▶ **NOTÍCIAS BREVES** 24-25

▶ **NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS** 26-30
Perspetivas regionais e nacionais sobre a política de coesão.....

▶ **EXEMPLOS DE PROJETOS** 31-35
Exemplos de projetos da Estónia, França, Letónia, Malta e do programa de Cooperação Territorial Europeia

▶ **MAPAS** 36-37
Aumento do emprego total, 2007-2009
Taxa de desemprego nos jovens, 2011

▶ **DESTAQUES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO DA JASPERS** 38-39

▶ **AGENDA** 40



▶ 4



▶ 8



▶ 12



▶ 31



▶ 38

Fotografias (Páginas):
Capa: © SEUPB
Página 4: © SEUPB (Ponte)
Página 6: © Groundwork NI
Páginas 3-4-8-12-13-14-15-17-18-24-25-39:
© Comissão Europeia
Página 19: Viena © Kurt Kuball/Wirtschaftsagentur
Wien – Budapeste © Rév8
Páginas 22-23: © DCLG
Páginas 26-30: Midi-Pyrénées © Philippe Grollier/
Région Midi-Pyrénées
Áustria © ÖROK – Reino Unido © DCLG – Toscana
© Regione Toscana
Páginas 31-35: Estónia © Crystalsol – REALIS © Région
Languedoc-Roussillon – Naco Technologies © Naco
Technologies – Malta © Ministério das Infraestruturas, dos
Transportes e das Comunicações, Malta – CTE © Winnet8

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.
Esta revista está disponível na Internet em 21 línguas no site
http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

O conteúdo da presente edição foi concluído em março de 2013.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2013

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Johannes Hahn

*Membro da Comissão Europeia
responsável pela Política Regional*

A União Europeia e os seus antecessores promoveram, desde o início, uma estratégia de base que visa a utilização das forças económicas para proporcionar e manter a paz, a prosperidade e o respeito pela democracia e pelos direitos humanos.

É com regozijo que encaramos a atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2012 à UE como reconhecimento de seis décadas de trabalho, após a devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial, no sentido da construção de uma estrutura económica que tornasse impensáveis futuras hostilidades entre as partes. Demonstrou como inimigos históricos podem tornar-se parceiros.

Num período de crise e instabilidade financeira, a consideração dos feitos da UE numa perspetiva de longo prazo por parte do Comité Nobel foi revitalizante. Porém, o papel de consolidação da paz assumido pela UE não deve ser entendido como um ponto de partida meramente histórico. Tal como será possível constatar através da leitura da presente edição, a UE tem desempenhado um papel deveras positivo ao contribuir para o progresso e a estabilidade numa parte da União outrora marcada por conflitos: a Irlanda do Norte e a Região Fronteira da Irlanda.

Após os anúncios de cessar-fogo em 1994, o antigo Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, foi o primeiro a afirmar que, em caso de necessidade de apoio, «a Europa não ficaria em falta» e propôs um fundo de assistência para o processo de paz.

Com efeito, depois de praticamente 18 anos, cerca 1,3 mil milhões de euros provenientes dos fundos da UE foram investidos, a par de financiamentos nacionais, em mais de 20 000 projetos destinados a promover a paz e a reconciliação nesse canto conturbado da UE. Ouvi com prazer o diálogo amigável entre dois antigos adversários por ocasião da nossa conferência «Bringing Divided Communities Together»

(Aproximar Comunidades Divididas), que decorreu em Bruxelas, a 31 de janeiro, no âmbito do programa PEACE. São agora Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro da Irlanda do Norte e têm ambos plena consciência da importância do apoio que receberam da Europa e da sua abordagem construtiva, para a recuperação da comunidade e a promoção da paz a longo prazo.

Reconstruir a economia da UE

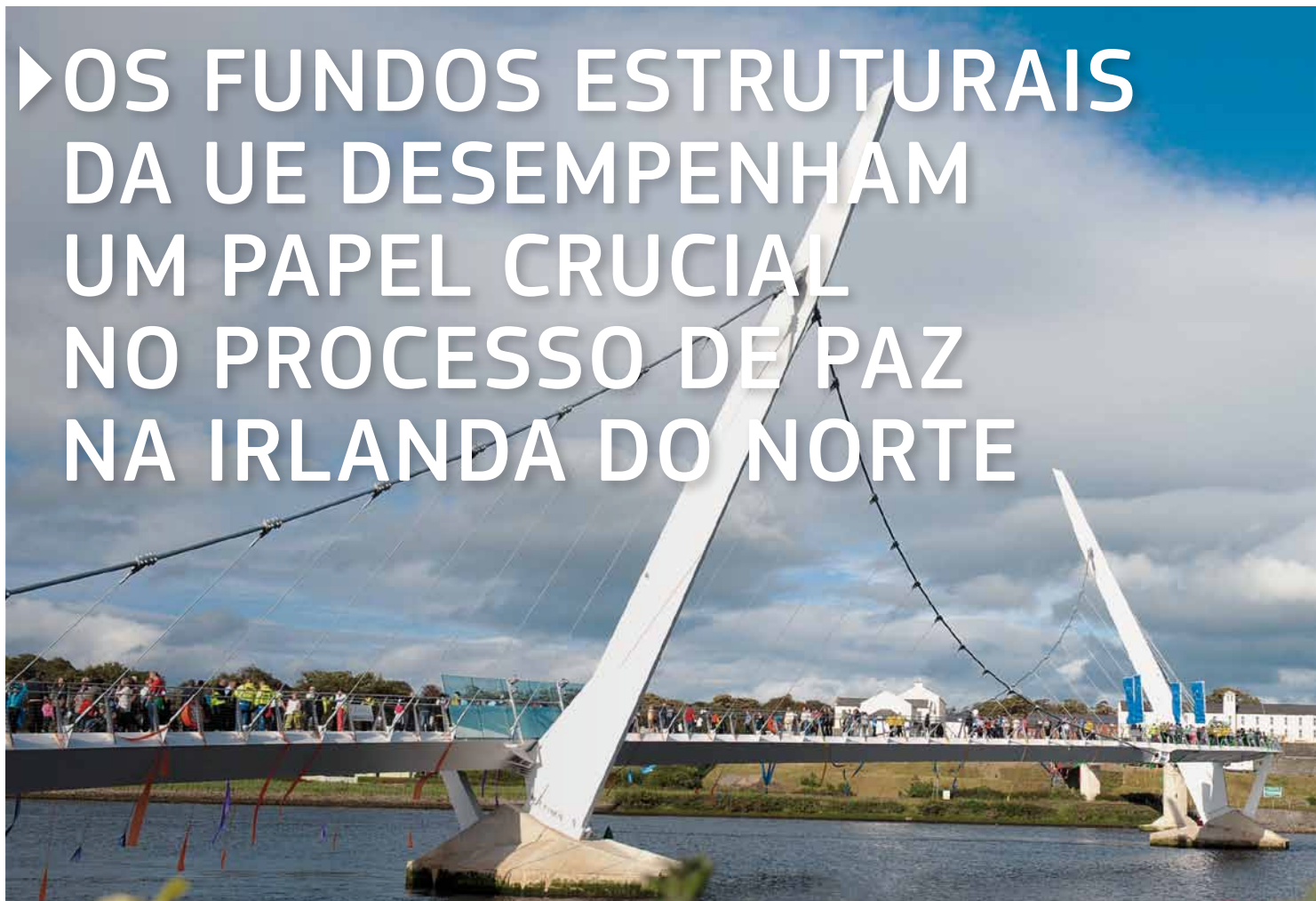
A política regional desempenha um papel de crescente importância no que se refere à procura de soluções para a Europa superar a atual crise económica. A política de investimento principal da UE e o facto de estar firmemente orientada para setores e prioridades serão um contributo decisivo para a retoma do crescimento e da competitividade.

A política regional está a incentivar as regiões a tirarem partido dos seus pontos fortes e, com o apoio da UE, participarem em estratégias de «especialização inteligente» para o crescimento, tendo em vista a concretização de todo o seu potencial competitivo.

Dadas as restrições financeiras sentidas em toda a UE, as negociações em torno do próximo orçamento da União – o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) – foram particularmente intensas. Foram exigidos cortes em diversas áreas e os fundos da Política Regional não foram imunes a isso.

Contudo, a estratégia firmemente orientada para a utilização racional e rentável desses fundos garantirá a preservação da política regional enquanto força motriz indispensável para a recuperação económica e a prosperidade a longo prazo na UE.

▶ OS FUNDOS ESTRUTURAIS DA UE DESEMPENHAM UM PAPEL CRUCIAL NO PROCESSO DE PAZ NA IRLANDA DO NORTE



Ao longo dos últimos 20 anos, o financiamento estratégico proveniente dos Fundos Estruturais da UE foi um elemento importante no regresso da Irlanda do Norte (Reino Unido) à normalidade, após anos de conflito. Segue-se a mensagem de uma conferência especial, «Bringing Divided Communities Together – sharing the experience of the EU PEACE programme» (Aproximar Comunidades Divididas – partilhar a experiência do programa PEACE da UE), que decorreu em Bruxelas, a 31 de janeiro, por iniciativa de Johannes Hahn, Comissário Europeu para a Política Regional.

«Alguns podem ficar surpreendidos com a constatação de que o programa PEACE para a Irlanda do Norte é abrangido pelos Fundos Estruturais, mas não deviam. A política regional atual constitui um instrumento para a concretização das ambições da UE, ou seja, contribuir para a criação de emprego, para o crescimento e, claro, para a paz», afirmou o Comissário Hahn no seu discurso inaugural.

«Os programas PEACE da UE marcaram as vidas de cerca de um milhão de pessoas na Irlanda do Norte e na Região Fronteiriça da Irlanda, ajudando a criar as condições necessárias para a implantação da paz e da reconciliação. Os fundos regionais da UE desempenham um papel importante no que diz respeito ao estabelecimento das bases para uma sociedade partilhada, na qual cada comunidade beneficia dos frutos da paz», observou o Comissário.



DA DIREITA PARA A ESQUERDA:
Johannes Hahn, Peter Robinson
e Martin McGuinness

Os principais oradores da conferência foram figuras políticas de relevo da Irlanda do Norte, incluindo o Primeiro Ministro Peter Robinson e o Vice-Primeiro-Ministro Martin McGuinness, bem como o Ministro irlandês Brendan Howlin. A conferência deu destaque a um conjunto de testemunhos sobre projetos inovadores no âmbito do programa PEACE, oferecendo uma visão pormenorizada do trabalho realizado e do impacto que esse trabalho continua a exercer na vida das pessoas.

«PEACE BRIDGE»

Em junho de 2011, o Comissário Hahn inaugurou oficialmente a PEACE BRIDGE (Ponte da Paz) em Derry-Londonderry, acompanhado pelos líderes políticos da Irlanda do Norte e da República da Irlanda. A Ponte da Paz é um dos projetos mais icônicos apoiados no âmbito do Programa PEACE III, beneficiando de uma contribuição de 11,2 milhões de euros do FEDER. Derry-Londonderry tornou-se uma cidade cada vez mais dividida durante «as Perturbações», levando a que milhares de protestantes saíssem da margem oeste. A Ponte da Paz uniu fisicamente as duas margens do rio e o seu design representa um aperto de mão simbólico sobre o rio Foyle. Constitui um símbolo novo e poderoso, tanto a nível físico quanto metafórico, de ligação das comunidades de ambas as margens, para quem o rio havia sido um elemento significativo de divisão religiosa e sectária.

2 mil milhões de euros em apoios

Entre 1995 e 2013, o governo da Irlanda do Norte recebeu quase 2 mil milhões de euros através de três programas PEACE consecutivos, sendo que o montante de 1,3 mil milhões de euros proveio da UE e o restante dos Estados-Membros.

O programa PEACE corresponde a uma parceria de longa data entre a população e os líderes políticos da Irlanda do Norte e a Comissão Europeia, com o apoio dos governos do Reino Unido e da Irlanda.

O Special EU Programmes Body (Órgão Especial de Programas da UE – SEUPB) foi criado com a responsabilidade de concessão dos fundos para a paz visando o reforço da coesão por via de projetos práticos e do desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

Para uma sociedade estável

Ao longo dos anos, o financiamento e o apoio deram espaço às comunidades locais para aceitarem a vida depois do conflito e desenvolverem atividades, em termos práticos e estratégicos, suscetíveis de garantir um futuro mais auspicioso e próspero.

O programa PEACE III atual, cujo orçamento é de 333 milhões de euros, tem como objetivos principais o reforço do progresso no sentido de uma sociedade pacífica e estável e a promoção da reconciliação através do apoio a operações e projetos que contribuem para a aproximação das comunidades.

Peter Robinson, Primeiro-Ministro da Irlanda do Norte, afirmou: «*Gozamos agora de alguma paz e estabilidade após um período em que 3 000 pessoas foram assassinadas e dezenas de milhares feridas. O contributo da UE tem sido fundamental, na medida em que apoiou milhares de projetos em toda a província destinados a construir um futuro melhor e partilhado para o nosso povo.*».

A Irlanda do Norte é uma região transformada, mas ainda há caminho a percorrer, advertiu. «*Os distúrbios recentes são uma chamada de atenção para o facto de ainda haver muito trabalho pela frente.*».

O Vice-Primeiro-Ministro, Martin McGuinness, frisou a importância simbólica da Ponte da Paz, inaugurada em Derry Londonderry em junho de 2011. Afirmou que a ponte, cuja construção representou um custo de 14,6 milhões de euros – sendo que mais de 11 milhões de euros foram financiados pela UE – «*mudou a imagem de Derry para sempre.*».

A ponte aproxima as duas partes da cidade, outrora divididas, e constitui um testemunho dos objetivos do programa PEACE, explicou. «*As pessoas pertencentes às comunidades protestante e católica, anteriormente separadas, podem atravessar a ponte a pé ou em bicicleta em direção a uma zona militar desocupada que é, neste momento, um espaço partilhado para o nosso povo. Desde a sua inauguração, houve mais de um milhão de utilizadores.*».

Reforço das competências e da confiança

Foi salientado que o programa PEACE é apenas uma parte do processo de paz na Irlanda do Norte. Todavia, desempenhou um papel importante na manutenção das condições necessárias para a continuação do trabalho que se seguiria.

O programa contemplou o desenvolvimento de projetos em algumas zonas extremamente complicadas e desfavorecidas. Pretende-se colaborar com os jovens, munindo-os de competências e confiança para superarem e evitarem a violência sectária. Estes projetos são, muitas vezes, acompanhados de medidas para a aquisição das competências necessárias para conseguir emprego. Recorrem ainda ao desporto, aos meios de comunicação digitais e a várias outras ferramentas para chegar aos jovens, contribuir para o aumento da sensibilização sobre como viver numa comunidade heterogénea e reduzir o risco de envolvimento dos jovens em grupos dissidentes.

FUTEBOL PARA TODOS

O futebol também é utilizado como chamariz para aproximar comunidades divididas. O desporto, sobretudo o futebol, possui uma grande capacidade de alcance e, graças ao apoio do PEACE III da UE, o projeto *Football For All (Futebol para todos)* da Associação Irlandesa de Futebol conta com uma centena de colaboradores que trabalham com 53 clubes de futebol locais para a promoção da mensagem do respeito mútuo. O projeto ajuda os clubes locais a reatam laços com as comunidades, tendo, inclusivamente, sido criada uma equipa de futebol intercomunitária, a *Limestone United*, que procura incentivar os jovens de ambos os lados a trabalhar em equipa.

ALEXANDRA PARK – «DESTRUIR BARREIRAS»

O Alexandra Park, situado no norte de Belfast, tem sido, desde há muito tempo, um «espaço contestado» e, em 1994, numa altura em que muitos planeavam um período sem conflitos, erigiu-se uma nova «Muro da Paz» no meio do parque a fim de evitar confrontos durante a noite. Numa altura de paz crescente, este ato único foi uma recordação salutar do longo caminho que a comunidade ainda tinha de percorrer.

O parque, juntamente com a sua barreira de 3 metros de altura e 20 anos de existência colocada para apaziguar a violência entre as comunidades católica e protestante, simboliza o que deve ser mudado.

Em 2009, um novo processo de envolvimento, para o qual a empresa Groundwork NI deu o seu contributo, propôs-se a restaurar a normalidade definitiva do parque – sustentada pelo financiamento de um montante total de 280 000 £ por parte da UE, do Conselho Municipal de Belfast, do Departamento de Justiça da Irlanda do Norte e do Programa Alpha. Existe agora um portão na «Muro da Paz» que está aberto durante, pelo menos, algumas horas por dia, permitindo aos residentes de ambos os lados da divisão desfrutar do ambiente maravilhoso do parque na sua plenitude. A Diretora da Groundwork NI, Sylvia Gordon, afirmou: «A abertura do Muro da Paz permite que as crianças das duas comunidades brinquem juntas depois de duas décadas de separação».

Como parte integrante da sua abordagem, procedeu-se à criação de um grupo diretor responsável por reunir figuras chave nas comunidades locais para que chegassem a acordo relativamente à abordagem e às medidas a adotar, tanto a nível do desenvolvimento das instalações no Alexandra Park, como da abertura do muro.

«Antes de qualquer tomada de ação, promovemos acordos locais e contribuimos para a construção de laços duradouros», frisa Gordon. «Foi organizada uma série de eventos no parque antes da inauguração oficial para criar uma sensação de normalidade. Estamos a conseguir transformar este espaço contestado e a trabalhar no sentido da integração a todos os níveis».

Em toda a província, existem cerca de 59 «muros da paz» e a sua remoção será um processo demorado e árduo, explicou Gordon. «Serão intervencionados outros 14 muros da paz em zonas de interface no norte de Belfast, onde existe uma sede de paz e é possível uma reaproximação das comunidades».



Pela primeira vez em 20 anos, crianças de ambas as comunidades podem agora brincar juntas no Alexandra Park, graças à abertura do Portão da Paz.

EM BAIXO:
O Presidente da Groundwork NI, Paul McErlean, (à esquerda) a abrir o Portão da Paz do Alexandra Park com o Ministro da Justiça, David Ford, e a Diretora da Groundwork NI, Sylvia Gordon.



O Comissário Hahn sublinhou que o programa PEACE da UE é um belo exemplo do compromisso da União em matéria de paz e reconciliação. «Não se trata de soluções rápidas. Foi concebido para promover a cooperação a longo prazo. O programa PEACE contribuiu para que as pessoas tivessem um sentimento de apropriação relativamente ao processo de paz. Corresponde a um processo da base para o topo, no qual as pessoas envolvidas encontram as suas próprias soluções.»

O público da conferência contou com delegados de outras regiões divididas que procuram soluções, incluindo os Balcãs, Líbia, Chipre, Israel e os territórios palestinianos.

Paralelamente à conferência, realizou-se uma exposição de vários outros projetos financiados pelo PEACE III e levados a cabo com fundos da UE, cujo intuito era o de facilitar o processo de paz e salientar de que forma poderiam servir de exemplo para outras zonas de conflito.

A UE, um «corretor honesto»

Pat Cogan, diretor executivo do Special EU Programmes Body (SEUPB) declarou que a contribuição da UE na Irlanda do Norte foi extraordinária, não só em termos de financiamento, mas também da disciplina incutida em todo o exercício.

«A UE ofereceu a certeza de uma janela de financiamento para um período de sete anos, a partir da qual é possível elaborar planos com alguma certeza», explicou. «Outra questão importante é o facto de a UE ter proporcionado um espaço neutro, que não está localizado em nenhum dos campos. As partes sentiram-se seguras para interagir. Durante um período de tempo, ajudou a restaurar a confiança junto das comunidades implicadas».

O legado invisível do conflito demora muito tempo a curar, afirmou. «A confiança, a segurança e o respeito são difíceis de restaurar. Temos agora uma geração pós-conflito que continua



a carregar as sementes da divisão e o legado do conflito. É essencial torná-los membros ativos da sociedade. O programa PEACE IV encontra-se agora em fase de preparação e incidirá em estruturas de parceria locais, contando com a participação dos jovens, sobretudo das zonas desfavorecidas. A paz atual é frágil. Resta-nos ainda muito trabalho pela frente».

Centro para a Construção da Paz e Resolução de Conflitos

O povo da Irlanda do Norte tem acumulado uma riqueza de experiências em matéria de construção da paz que pode ser útil para os outros. A fim de ajudar na transmissão dos seus conhecimentos, o novo Centro para a Construção da Paz e Resolução de Conflitos está a ser construído no local altamente simbólico da antiga prisão Maze/Long Kesh. O centro permitirá a disseminação das lições aprendidas na Irlanda do Norte, garantindo a preservação da memória do processo da paz para as gerações futuras.

«É um tributo para aqueles que trabalharam nos programas PEACE o facto de já ter havido interesse nos seus feitos nos quatro cantos do mundo: Rússia, Palestina, Balcãs, Colômbia e Coreia do Sul. É algo de que nos devemos orgulhar», acrescentou o Comissário Hahn.

«Se quiser testemunhar o funcionamento da paz na UE, dirija-se a qualquer região transfronteiriça. Verá como, hoje em dia, não só os transportes e o comércio, mas também o emprego, o ambiente e os serviços de saúde beneficiam da cooperação transfronteiriça ao abrigo da política regional da UE. O programa PEACE, não nos esqueçamos disso, é também um programa de cooperação transfronteiriça. É por esse motivo que quis trazer a sua experiência até Bruxelas. Desejo o maior público possível para os seus feitos – em primeiro lugar, porque merecem o nosso reconhecimento e agradecimento, mas também porque acredito que outras partes do mundo podem aprender com o seu trabalho».

▶ PEACE I (1995-1999)

15 000 PROJETOS

FINANCIAMENTO TOTAL: 667 000 000 EUR

FINANCIAMENTO DA UE: 500 000 000 EUR

Respondeu aos problemas imediatos que resultaram do conflito: comunidades destruídas, reconstrução, reabilitação, criação de parcerias fortes e inclusivas na comunidade local, envolvendo representantes eleitos, ONG, etc., trabalho com vítimas e sobreviventes e reintegração de antigos paramilitares.

▶ PEACE II (2000-2006)

7 000 PROJETOS

FINANCIAMENTO TOTAL: 995 000 000 EUR

FINANCIAMENTO DA UE: 609 000 000 EUR

Utilização da disciplina dos Fundos Estruturais com controlos rigorosos, mas orientados para as necessidades de uma região que está a sair de um conflito. Impulsão da retomada económica, com um maior envolvimento das estruturas de parceria locais e planos de ação locais que visam todas as camadas da sociedade e afetam uma população de 2,8 milhões de habitantes.

▶ PEACE III (2007-2013)

400 PROJETOS

FINANCIAMENTO TOTAL: 333 000 000 EUR

FINANCIAMENTO DA UE: 225 000 000 EUR

Centrando-se no coração e espírito das pessoas, constitui um pacote estratégico concebido para promover parcerias a longo prazo na cooperação transfronteiriça e intercomunitária, com incidência em menos projetos, mas de maior escala e mais estratégicos.

«Na Irlanda do Norte, os projetos que visam a mudança de comportamentos e ajudam as pessoas na aquisição das competências profissionais necessárias contribuem para a coesão social. Os projetos de investimento de capital, designadamente centros comunitários e empresariais, têm um valor económico evidente. Através destes investimentos no capital humano e físico, o programa PEACE está a ajudar a Irlanda do Norte a virar as costas ao conflito, enveredando pelo caminho da paz e da prosperidade, criando, ao mesmo tempo, emprego e crescimento», salientou.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/activity/ireland/index_pt.cfm

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/peace/index_en.cfm

▶ O PAPEL FUNDAMENTAL DA POLÍTICA DE COESÃO NA RETOMA DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NA EUROPA



A política de coesão está a tornar-se na principal política de investimento da União Europeia, sendo alvo de uma harmonização rigorosa com os objetivos Europa 2020 da UE com vista a contribuir para a retoma do crescimento e da competitividade nos Estados-Membros da UE e reduzir eficazmente as disparidades económicas, sociais e territoriais.

O objetivo estratégico da política de coesão consistirá na capitalização das forças regionais, assim como na utilização mais eficaz e combinada dos fundos públicos regionais e nacionais europeus. É amplamente reconhecida a necessidade de um investimento estratégico desta natureza, não apenas nas regiões mais pobres da UE, mas em todas as regiões da Europa para que preservem a sua competitividade.

A próxima geração de programas deve ser adaptada às novas realidades económicas. A situação económica atual é de tal forma crucial que não existe outra alternativa credível para a estabilidade macroeconómica, além da consolidação orçamental e de reformas estruturais sustentadas. A fim de

apoiar este processo, é necessário que os investimentos orientados para a melhoria do crescimento complementem e sejam coerentes com reformas estruturais e regulamentares mais abrangentes. A União Europeia está a delinear a sua resposta a estes desafios através de uma coordenação económica mais estreita, combinando a estratégia Europa 2020 e o processo «Semestre Europeu». Embora a estratégia Europa 2020 seja relativamente conhecida desde o seu lançamento em 2010, de que forma a política de coesão será afetada pelo Semestre Europeu e como contribuirá para o mesmo?

▶ **O Semestre Europeu consiste num processo de harmonização de um leque de políticas económicas nacionais e da UE num dos climas económicos e sociais mais difíceis dos últimos 50 anos.**

O ciclo do Semestre Europeu fornece aos Estados-Membros o quadro para a harmonização das suas políticas de reforma económica, orçamental e estrutural com o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE e a estratégia Europa 2020. Trata-se de criar um entendimento comum sobre as prioridades da ação no plano nacional e da UE, num momento em que



O Comissário Johannes Hahn em visita à frente marítima de Swansea, País de Gales (Reino Unido), com Alun Davies, Ministro Adjunto da Agricultura, das Pescas, dos Produtos Alimentares e dos Programas Europeus. Debateram o ponto de situação relativamente à execução da política de coesão no País de Gales e as propostas da Comissão para o próximo período de programação 2014-2020 e visitaram vários outros projetos cofinanciados pela UE.

a UE procura regressar ao caminho do crescimento sustentável e da criação de emprego.

Os cinco prazos principais de cada ciclo anual são:

- ▶ a Comissão Europeia adota o Inquérito Anual sobre o Crescimento que lança, anualmente, o ciclo do Semestre Europeu para a coordenação da política económica;
- ▶ os Estados-Membros entregam os planos de reforma atualizados em abril;
- ▶ a Comissão procede à sua avaliação e emite recomendações até ao final de maio;
- ▶ o Conselho Europeu toma uma decisão formal em junho;
- ▶ os Estados-Membros procedem ao acompanhamento e à adoção dos respetivos orçamentos nacionais.

O processo «Semestre Europeu», atualmente no seu terceiro ano, consiste, em primeiro lugar e sobretudo, num processo de harmonização de um leque de políticas económicas nacionais e da UE, num dos climas económicos e sociais mais difíceis dos últimos 50 anos. As políticas económicas em questão começam pela garantia da estabilidade macroeconómica e de políticas fiscais sustentáveis, estabilização das

instituições financeiras e inclusão de reformas estruturais e regulamentares suscetíveis de criar condições impulsionadoras de crescimento e emprego. É ainda através destes ciclos anuais de coordenação que a União Europeia também apresenta, monitoriza e enquadra recomendações sobre os progressos rumo à estratégia de crescimento Europa 2020. Este processo de coordenação da política económica tem relevância para as regiões devido a vários motivos que se ligam entre si.

É evidente que, de entre as regiões e cidades europeias, existem líderes mundiais no domínio da inovação e da investigação, bem como no domínio do desenvolvimento sustentável, sendo que alguns dos sistemas mais completos e avançados de assistência social são fornecidos localmente. Todavia, nenhuma região pode considerar esse êxito um dado adquirido. O êxito pode agora degradar-se rapidamente ao longo do tempo, sobretudo no atual contexto económico. As reformas e as inovações estruturais são necessárias para preservar a competitividade e criar novas oportunidades.

▶ **Dada a significativa heterogeneidade das disposições territoriais, as cidades e regiões têm de ser ouvidas através dos Estados-Membros.**

A atual situação financeira e económica tem repercussões diferentes nas várias regiões e cidades europeias. A situação particular de regiões pertencentes a dois Estados-Membros distintos apresenta diferenças significativas. Por conseguinte, a UE depende dos Estados-Membros para levar a cabo a coordenação das políticas económicas nacionais, que se afigura essencial, à luz das respetivas estruturas institucionais e territoriais. Dada a significativa heterogeneidade das disposições territoriais, as cidades e regiões têm de ser ouvidas, antes de mais, através da elaboração e coordenação das políticas dos Estados-Membros. Desde o lançamento da estratégia Europa 2020, a Comissão incentivou os Estados-Membros no sentido da mobilização dos municípios e das regiões.

▶ **Executar investimentos inteligentes, sustentáveis e inclusivos é a forma mais eficaz de atenuar as disparidades de ordem económica, social e territorial.**

A Comissão reconhece que estes êxitos não se encontram distribuídos equitativamente pela União. A realização de investimentos orientados e sincronizados, em coordenação com outras políticas económicas, pode apoiar de forma eficaz a estratégia de crescimento da Europa 2020 para um período de dez anos. A execução destes investimentos inteligentes, sustentáveis e inclusivos, por via de programas nacionais e regionais, constituem a maneira mais eficaz e pragmática de apoiar os objetivos previstos no tratado em matéria de redução das disparidades económicas, sociais e territoriais. A política de coesão constitui, neste âmbito, uma fonte importante de apoio estável aos investimentos que se destinam a colmatar tais disparidades (ver caixa na pág. 10).

As despesas públicas de capital efetivas constituem um pré-requisito de peso e, evidentemente, um motor para o crescimento económico e a criação de emprego. ▶▶

▶▶ Nesse sentido, as políticas de investimento são parte integrante da conjugação de políticas económicas mencionada anteriormente. A estabilidade do clima macroeconómico é condição para o fomento do investimento privado. É necessário um quadro de política orçamental sustentável para o financiamento de investimentos de capital público a longo prazo. O investimento público efetivo exige a coerência dos investimentos com as regras do mercado interno e as iniciativas regulamentares. A Comissão está ciente do papel das regiões e cidades europeias na execução de políticas económicas e investimentos em prol do crescimento e da criação de emprego. Durante os últimos anos, a política de coesão

demonstrou ainda o modo como os investimentos devem ser ajustados em função de alterações importantes na economia e na procura (ver caixa na pág. 11).

▶ **2013 será um ano crucial para a política de coesão.**

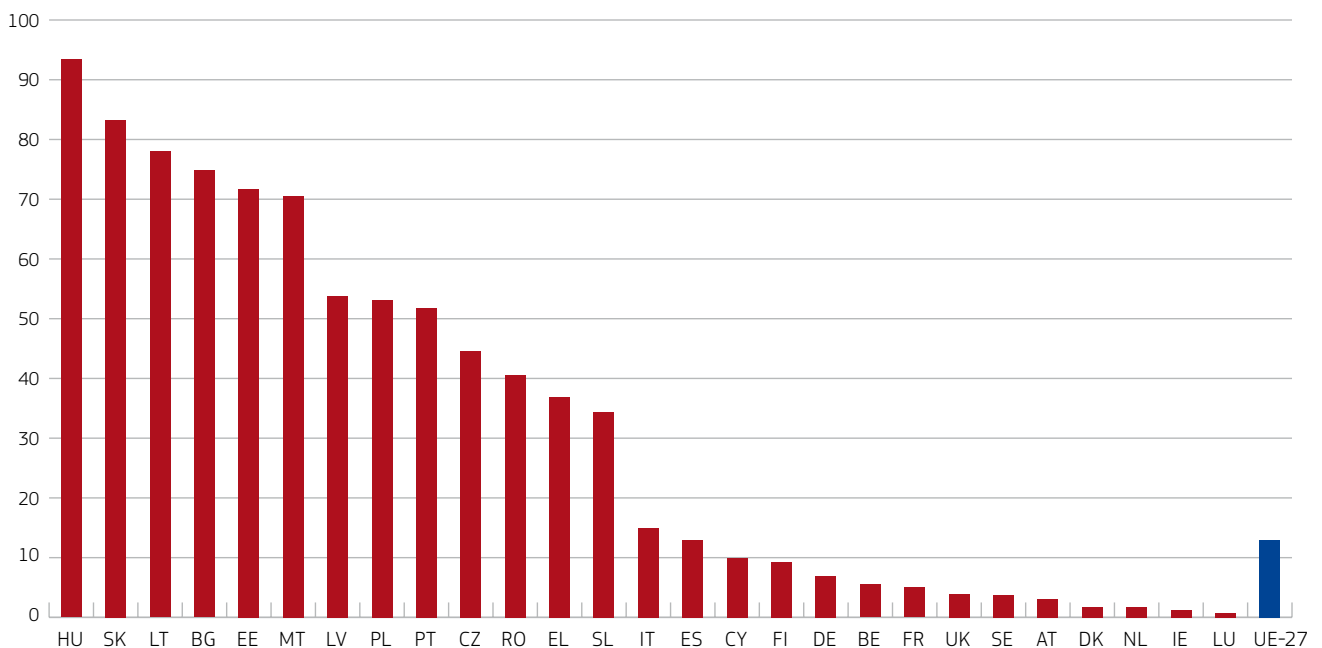
2013 será um ano crucial para a política de coesão, uma vez que os Estados-Membros apresentarão os seus planos de investimento plurianuais estratégicos sob a forma de Contratos de Parceria para o período 2014-2020. Na celebração desses contratos, os Estados-Membros devem garantir que as

O EFEITO POSITIVO DE ALAVANCA DA POLÍTICA DE COESÃO ENQUANTO VEÍCULO DE INVESTIMENTO PÚBLICO

A política de coesão mobiliza, em média, 65 mil milhões de euros em investimento todos os anos (cofinanciamento da UE e nacional), o que corresponde a mais de 50% do investimento público total em muitos Estados-Membros. Esta situação, como é compreensível, exerce um impacto significativo na economia da UE. À medida que os atuais programas de coesão forem executados, o PIB nos 12 Estados-Membros que aderiram à União em 2004, ou posteriormente, registará um aumento anual de cerca de 1,5%, entre 2007 e 2016. A política de coesão exerce simultaneamente um impacto a curto prazo, durante a execução dos programas, e um impacto a longo prazo, ao contribuir para a melhoria da estrutura e do desempenho da economia europeia. Como parte deste processo, as regiões devem definir prioridades estratégicas claras e centrar-se nos pontos fortes locais, remover pontos de estrangulamento e mobilizar o potencial de inovação no plano local.

Os dados comunicados recentemente pelos Estados-Membros demonstram que 2011 foi o ano em que a política de coesão, no atual período, começou a evidenciar resultados significativos. Registou-se a criação de praticamente 190 000 empregos brutos em 2011 ao abrigo dos programas do FEDER/Fundo de Coesão, perfazendo um total de 400 000 nos programas atuais. Em 2011, 27 000 empresas em fase de arranque beneficiaram de apoio, o que perfaz um total de 53 000 para os programas. Juntamente com o cofinanciamento dos Estados-Membros, a política de coesão é responsável por uma parte muito significativa do investimento público na Europa e por mais de metade do investimento público total em vários Estados-Membros. Numa altura em que a consolidação orçamental é necessária, a política de coesão está, por conseguinte, a contribuir largamente para a prosperidade futura da Europa e a consecução das metas da Europa 2020.

▶ **Fundos de coesão (nacional e da UE) como uma % do investimento público total (média de 2009-2011)**



prioridades estratégicas de investimento a longo prazo estão em perfeita consonância com os Programas de Reforma Nacionais. Devem igualmente apoiar as metas da Europa 2020 e as Recomendações Específicas por País pertinentes, que serão apresentadas pela Comissão Europeia no corrente ano.

A Comissão desempenha um papel importante na monitorização e análise do progresso económico, bem como na identificação das principais lacunas de desenvolvimento. Em diálogo com os Estados-Membros, a Comissão ajudará a conduzir as economias nacionais para investimentos mais orientados, com especial relevo no crescimento. Os conhecimentos locais e regionais são muito importantes para a aferição correta dos desafios e das potencialidades. No próximo período de programação, os Contratos de Parceria e os Programas Operacionais devem adotar uma lógica de intervenção territorial, segundo a qual os desafios e as potencialidades dos territórios constituem a base para as prioridades e os investimentos.

O êxito das propostas da Comissão relativas à reforma da política de coesão depende, em grande parte, do modo como essas propostas serão traduzidas em ações concretas no terreno. Os parceiros assumem uma função crucial neste aspeto: os parceiros, sobretudo as autoridades locais e regionais, são os que reúnem as melhores condições para garantir a apropriação dos programas e a qualidade da execução. Não apenas por conhecerem as necessidades dos seus territórios, mas também os meios necessários para responder a essas necessidades.

▶ As autoridades locais e regionais estão nas melhores condições para garantir a apropriação dos programas e a qualidade da execução.

Uma das características principais da política de coesão para 2014-2020 será a seleção de um número mais reduzido de áreas específicas para investimento. Esta abordagem será fundamental para orientar o investimento para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Ao longo do processo, servirá de apoio à inovação e às PME, respondendo, ao mesmo tempo, a problemas de ordem ambiental e energética e criando emprego.

Esta «concentração temática» visa maximizar o valor acrescentado do investimento para a Europa no seu todo, por meio de uma oferta temática de prioridades globais, embora seja suficientemente flexível para adaptar as estratégias às necessidades individuais e aos desafios regionais. Uma concentração financeira desta natureza dará uma ênfase mais nítida aos resultados, apresentará fundamentos mais sólidos para os investimentos públicos e permitirá uma comunicação mais fiável das realizações e dos resultados. Fornecerá ainda um quadro de desempenho, recompensando e apoiando de forma continuada programas que evidenciem um funcionamento adequado.

REPROGRAMAÇÃO TEMÁTICA

A flexibilidade da política de coesão reflete-se na possibilidade de alteração ou «reprogramação» das metas de investimento de forma dinâmica e consoante as necessidades.

Os exercícios de reprogramação temática de maior dimensão (em termos relativos) decorreram na Irlanda (42%), Malta (24%), Portugal (24%), Bulgária (12,5%), Espanha (12,2%) e Lituânia (11,3%).

O efeito líquido da reprogramação conduziu, até ao momento, ao reforço das dotações para a energia, inovação e IDT, o mercado de trabalho (incluindo os jovens) e o apoio geral às empresas, as rodovias e as infraestruturas culturais e sociais.

Reprogramação para a juventude e as PME

Desde o início de 2012, pelo menos, doze Estados-Membros reorientaram recursos consideráveis dentro dos e entre os respetivos programas operacionais do FSE e /ou FEDER para medidas destinadas a aumentar a empregabilidade dos trabalhadores, combater e prevenir o desemprego entre os jovens e reforçar o apoio às PME.

Nos oito Estados-Membros abrangidos pela «Iniciativa Barroso», pelo menos, 625 000 jovens (outubro de 2012) poderão beneficiar da reafetação a programas relativos à juventude. Também em resposta às equipas e reuniões bilaterais da ação «Juventude», vários Estados-Membros já desenvolveram iniciativas abrangentes em matéria de emprego e planos de emprego para os jovens, a par de programas de formação e ensino.

No período 2007-2013, a política de coesão corresponde à maior fonte de apoio da UE às PME. Mais de 25 mil milhões de euros estão afetos às PME, ao abrigo do FEDER, sendo que uma parte considerável de um montante adicional de 27 mil milhões de euros, destinado ao apoio geral às empresas, beneficia igualmente as PME. No que se refere às PME, as equipas de ação impulsionaram diversas medidas destinadas a reforçar ou acelerar o apoio do FEDER às PME, sendo que cerca de mais 56 000 PME devem beneficiar dessas medidas.

O processo informal de elaboração dos próximos programas já começou com base nas declarações informais da Comissão sobre as suas posições⁽¹⁾ e tendo presente as Recomendações Específicas por País de 2012, bem como a análise constante nos documentos de trabalho dos serviços⁽²⁾. O referido processo de coordenação será intensificado em 2013 a fim de garantir que a próxima geração de programas contribui da forma mais eficaz possível para o crescimento e a criação de emprego nas nossas regiões e nos nossos Estados-Membros.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/what/europe2020/index_pt.cfm

(1) http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_pt.cfm

(2) http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-your-country/index_pt.htm



▶ A EDIÇÃO DE 2013 DOS PRÉMIOS REGIOSTARS REVELA MAIS PROJETOS INOVADORES NAS REGIÕES

A cerimónia dos Prémios RegioStars 2013 decorreu em Bruxelas, a 31 de janeiro, na qual foram anunciados os cinco projetos vencedores selecionados pelo júri nas seguintes categorias: Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável, Crescimento Inclusivo, CityStar e Informação e Comunicação.

Os Prémios RegioStars têm alcançado uma maior notoriedade ao longo de seis anos, verificando-se, nesta edição, um número recorde de inscrições e uma amostra impressionante de inovação e pensamento criativo. Os prémios RegioStars distinguem projetos inovadores de excelência que tenham recebido investimento através da Política Regional da UE desde janeiro de 2000 e que contribuem para a criação de emprego no futuro.

Os Prémios foram apresentados por Johannes Hahn, Comissário Europeu para a Política Regional, e Luc Van den Brande, Presidente do Júri do RegioStars e antigo Presidente do Comité das Regiões.

▶ SAIBA MAIS

RegioStars 2013:
[http://ec.europa.eu/regional_policy/
cooperate/regions_for_economic_change/
regiostars_13_en.cfm?exp=6](http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_13_en.cfm?exp=6)

▷ INSPIRAR AS REGIÕES DA EUROPA

LUC VAN DEN BRANDE,
PRESIDENTE DO JÚRI
DO REGIOSTARS, RECORDA
OS SEIS ANOS DE HISTÓRIA
DOS PRÉMIOS REGIOSTARS



Atualmente, os Prémios RegioStars constituem um dos conjuntos de prémios mais competitivos e diversificados disponíveis para as nossas regiões darem visibilidade aos seus feitos e avaliarem o seu desempenho comparativamente a outras iniciativas. O concurso procura recompensar os esforços de pessoas empenhadas – cada uma na sua categoria específica – no desenvolvimento inovador da sua região e da União Europeia.

500 projetos em 6 anos

Nos últimos seis anos, foram nomeados, sensivelmente, 500 projetos de todos os Estados-Membros. Foram pré-selecionados 160 projetos e 31 foram galardoados com o cobiçado troféu. Este ano, os projetos continuaram a demonstrar uma elevada qualidade, apresentando um carácter inovador extraordinário na resposta a situações específicas em determinadas regiões.

Os projetos envolveram o desenvolvimento de parcerias sólidas importantes, contando, numa fase inicial, com o apoio do FEDER/FSE e, posteriormente, com os seus próprios recursos, parcerias essas que vingaram e conseguiram alcançar resultados concretos no terreno.

Os projetos vencedores caracterizam-se por quatro fatores-chave: inovação, impacto, sustentabilidade e parceria, com um esforço acrescido em matéria de comunicação.

Os projetos são multidimensionais em termos de objetivos e combinados, na medida em que incluem a participação de parceiros empenhados em trabalhar em cooperação para o avanço das suas regiões.

Amostra internacional das melhores práticas

O RegioStars foi criado há seis anos como um fórum de amostra e partilha internacional de exemplos de boas práticas. Normalmente, as iniciativas locais e regionais de sucesso, cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão, só ficavam conhecidas a nível local.

Agora, já podem servir de fonte de inspiração para outras regiões, permitindo-lhes tirar partido dessas melhores práticas e adaptá-las aos seus ambientes locais.

«O concurso RegioStars permite a concretização de projetos inovadores e abre uma janela de oportunidade para criações extraordinárias a nível regional em toda a Europa.»

Luc van den Brande, Presidente do Júri do RegioStars

Oportunidade para a criatividade

O concurso RegioStars permite a concretização de projetos inovadores e abre uma janela de oportunidade para criações extraordinárias a nível regional em toda a Europa. Através do seu êxito, demonstram uma vez mais que a política de coesão contribui para o desenvolvimento social e económico da União Europeia.



CRESCIMENTO INTELIGENTE LIGAR AS UNIVERSIDADES AO CRESCIMENTO REGIONAL POTENCIAR O CRESCIMENTO BASEADO NO CONHECIMENTO NO PORTO



O projeto UPTec, Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, aproxima o meio académico e o mundo empresarial num ambiente dinâmico e orientado para a inovação, além de contribuir para o promover a *transferência de conhecimento e tecnologia*.

O parque, situado no norte de Portugal, integra 110 empresas (95 das quais em fase de arranque), emprega cerca de 800 especialistas e é um ativo essencial para atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para a região. Com atividades que abrangem setores tão diversos como o cinema e a TV, passando pela eficiência energética e a tecnologia marinha, o UPTec está a dar um valioso contributo para reduzir a habitual dependência da região na indústria de baixa tecnologia.

►Saiba mais: www.uptec.up.pt

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL APOIAR A EFICIÊNCIA DE RECURSOS NAS PME FACULTAR ÀS EMPRESAS ACONSELHAMENTO ESSENCIAL SOBRE A REDUÇÃO DE CUSTOS EM MATÉRIA ECOLÓGICA

O projeto *ENWORKS Resource Efficiency Support* no noroeste de Inglaterra faculta aconselhamento profissional em matéria ambiental e apoio a empresas através de uma rede de organizações locais que conseguiu reunir. Através da prestação de apoio especializado no local, de ferramentas online e da transferência de conhecimento/competências,

o ENWORKS ajuda pequenas empresas a aumentar a eficiência energética, a reduzir os custos de atividade e a potenciar a competitividade, diminuindo, ao mesmo tempo, a sua exposição a riscos ambientais, designadamente a volatilidade



dos preços dos recursos. Só nos últimos dois projetos, o ENWORKS prestou apoio intensivo a mais de 4000 PME, o que resultou numa redução de custos anuais estimada em 85 milhões de libras esterlinas. No que se refere às vantagens ambientais, até à data, verificou-se uma economia de

75 800 toneladas de emissões de CO₂, 646 000m³ de água e 10 700 toneladas de materiais.

►Saiba mais: www.enworks.com

CRESCIMENTO INCLUSIVO INOVAÇÃO SOCIAL: RESPOSTAS CRIATIVAS AOS DÉSAFIOS SOCIAIS

ENVOLVER OS DESEMPREGADOS DE LONGO PRAZO

O projeto *Individual Employment Paths* visa reduzir o desemprego de longo prazo entre os indivíduos com mais de 45 anos em Warmińsko-Mazurskie, Polónia. Adaptou-se um criativo modelo finlandês ao contexto polaco com vista à reintegração no mercado de trabalho daqueles que se vêm confrontados com os obstáculos ao emprego (tais como a saúde, a idade ou a deficiência). A abordagem inclui uma avaliação geral de cada indivíduo, assim como a reabilitação específica e adaptada a longo prazo, formação, apoio psicológico e mediação com





os empregadores. Os resultados têm sido bastante promissores: dos 32 participantes, 80% conseguiram emprego, 90% dos quais continuaram empregados após 15 meses. O projeto será agora alargado a outras áreas pelo serviço nacional de emprego da Polónia.

►Saiba mais: www.erkon.elblag.com.pl

CITYSTAR ABORDAGENS INTEGRADAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL REABILITAR ZONAS DESFAVORECIDAS EM BERLIM

O projeto *Neighbourhood Management Berlin* é uma estratégia lançada pelas autoridades da cidade de Berlim em 1999, com o propósito de reabilitar socialmente as zonas desfavorecidas da cidade. Ao combater determinados problemas, como espaços verdes e públicos negligenciados, a fraca integração étnica e a elevada taxa de desemprego entre os jovens, o projeto apela aos intervenientes da zona, integrando-os num processo democrático de tomada de decisão. Procedeu-se à criação de conselhos de intervenientes locais no sentido de os incentivar a assumir responsabilidades na melhoria dos seus próprios bairros e a moldar os seus próprios destinos. As medidas incluíam apoio a escolas, reabilitação de locais públicos e promoção de uma cultura de bairro comum. As



atividades acabaram por se estender ao apoio na carreira, passando pela integração étnica e social, sobretudo em bairros com uma elevada percentagem de população migrante (em alguns casos, chega aos 79%).

►Saiba mais: www.quartiersmanagement-berlin.de

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PROMOVER A POLÍTICA REGIONAL DA UE ATRAVÉS DE PEQUENOS VÍDEOS MUDAR AS PERCEÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

O projeto *Towards Work* na Lituânia tem ajudado pessoas com deficiência auditiva a conseguir emprego. Envidou esforços no combate aos estereótipos e desafiou as atitudes tradicionais relativamente aos surdos, sublinhando, ao mesmo tempo, o potencial de empregabilidade de pessoas com deficiência auditiva. Organizou uma campanha social videográfica assente na apresentação de uma série de pequenos vídeos para televisão e Internet visando a mudança de atitudes. Além disso, envolveu agentes de recrutamento, especificamente qualificados para o efeito, de um conjunto de centros-piloto de emprego no apoio a deficientes auditivos na procura de oportunidades de emprego adequadas e, sempre que necessário, na mediação com os empregadores. De entre as mais de 600 pessoas com deficiência auditiva ativamente envolvidas no projeto, mais de 400 conseguiram emprego.

►Saiba mais: www.esparama.lt/regiostars



▶ BASE DE DADOS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA A APRENDIZAGEM POLÍTICA

As cidades desempenham um papel fundamental na promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Constituem motores da economia, locais de conectividade, criatividade e inovação e centros de serviços para as áreas circundantes. No entanto, as cidades também têm uma faceta problemática, como a concentração de desemprego, poluição sonora e atmosférica, segregação e pobreza. A Comissão Europeia necessita de colaborar com as cidades para concretizar o ideal comum da cidade europeia do futuro: um local de progresso social avançado com um elevado nível de coesão social, uma plataforma para a democracia, o diálogo cultural e a diversidade, um motor de crescimento e um lugar de regeneração «verde», ecológica ou ambiental.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) há muito que apoia as cidades no combate a desafios urbanos multifacetados, tendo como objetivos principais o reforço da prosperidade económica, a promoção da igualdade, a melhoria do ambiente urbano e a contribuição para a boa governação urbana em vilas e cidades. Dada a interligação das várias dimensões da vida urbana, o êxito no desenvolvimento urbano só pode ser alcançado através de uma abordagem integrada que assegure a sinergia, a coordenação e a complementaridade entre projetos e minimize a sobreposição ou, por vezes, a divergência de resultados. As operações relacionadas com a renovação do espaço físico urbano têm de estar interligadas com medidas que promovam a educação, o desenvolvimento económico, a inclusão social e a proteção do ambiente, entre outros. Por outro lado, o desenvolvimento de parcerias sólidas entre os cidadãos locais, a sociedade civil e os vários níveis de governação é condição para uma abordagem integrada de sucesso.

A Comissão Europeia publicou recentemente um estudo sobre o modo como as cidades aproveitam o apoio do FEDER para se tornarem num local melhor para viver e trabalhar. O estudo apresenta 50 projetos apoiados pelo FEDER no âmbito de oito temas distintos. Para cada cidade, procedeu-se à elaboração de três tipos de documentos: uma síntese com as informações mais importantes, um estudo de caso de 6 a 8 páginas com a apresentação da história, num estilo facilmente acessível, e uma ficha de análise exaustiva

para um público especializado contendo informações pormenorizadas sobre o projeto. O estudo visou a criação de uma base de dados abrangente sobre diferentes práticas urbanas, a fim de mostrar o extenso leque de ações possíveis para promoção do desenvolvimento urbano. A Comissão espera que esta base de dados seja uma fonte de informação e inspiração para as cidades, autoridades de gestão e outras instituições que tenham uma participação no desenvolvimento urbano. Esta iniciativa afigura-se extremamente oportuna uma vez que já se deu início à preparação do período de programação 2014-2020, no qual a Comissão pretende reforçar a abordagem integrada ao desenvolvimento urbano sustentável exigindo que cada Estado Membro consagre, pelo menos, 5% da sua dotação do FEDER para efeitos de desenvolvimento urbano.

Este estudo não é uma avaliação da dimensão urbana na política de coesão, mas sim um relatório situacional sobre a forma como as cidades selecionadas lidaram com as políticas urbanas locais financiadas ao abrigo do FEDER, entre 2007 e 2013. A seleção destes casos não significa que representem obrigatoriamente os melhores casos nos Estados-Membros ou na UE. Como qualquer prática, estes estudos de caso são apenas parcialmente satisfatórios. Revelam ideias interessantes, soluções para problemas e modos de cooperação e colaboração. Nesse sentido, essas experiências podem propiciar o desenvolvimento de novas formas de pensar e inspirar a aprendizagem institucional noutros contextos e situações orientando as políticas públicas para um desenvolvimento socioespacial mais justo e equitativo.

Um dos resultados mais interessantes do estudo é a geometria variável das estratégias implementadas para alcançar a coesão territorial e urbana através da aplicação de abordagens integradas. A intervenção por área prevalece em muitas das práticas, sobretudo nas das zonas desfavorecidas, devido a fatores sociais, económicos e ambientais. A regeneração do espaço físico continua a ser um importante motor no estabelecimento da cooperação entre vários intervenientes relativamente à integração das políticas. Existem relativamente poucos casos em que a abordagem territorial foi combinada com uma abordagem baseada nas pessoas, sendo ainda mais escassos os casos que beneficiaram de financiamentos cruzados do FEDER e do Fundo Social Europeu (FSE). A utilização desta abordagem deveria ▶▶



Reabilitação do antigo complexo prisional de Le Murate no centro histórico de Florença, Itália.



Sunrise Valley (Saulėtekio slėnis) em Vilnius, Lituânia, que integra duas importantes universidades, organismos de investigação, um parque de ciência e tecnologia e atividades empresariais de alta tecnologia.



O «bairro de aprendizagem» de Robinsbalje em Bremen, Alemanha.

► **CRESCIMENTO INTELIGENTE**

Várias cidades tentam reposicionar-se ao proporcionar um espaço de trabalho físico com infraestruturas culturais, tecnológicas e de I&D. Deve evitar-se o desenvolvimento de um mesmo cluster em todas as cidades e o conseqüente desperdício de recursos. Os projetos de crescimento inteligente podem criar incentivos artificiais para edifícios, tecnologias e atividades que não refletem a necessidade real de espaços de alta tecnologia nas suas localidades. Os projetos de crescimento inteligente devem envolver uma especialização inteligente – combinando uma lógica de diferenciação de uma área, baseada no local, relativamente aos seus concorrentes com a criação de um sistema de inovação. Nesta conformidade, as estratégias regionais de especialização inteligente devem estar em consonância com a estratégia de crescimento inteligente dos seus principais centros urbanos.

► **CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**

As estratégias de crescimento sustentável pretendem alterar o rumo do desenvolvimento para um modelo que utilize menos recursos para alcançar níveis de crescimento superiores. As cidades, normalmente, centram os seus esforços no desenvolvimento de zonas industriais abandonadas ou em estratégias de apoio à transição para um sistema energético sem carbono. O desenvolvimento de zonas industriais abandonadas é realmente importante para a preservação de cidades compactas e como testemunho de que a terra é um recurso finito que deve ser reciclado ou reutilizado. Uma cidade sem emissões de carbono e a integração de soluções em matéria de habitação, empresas

e estilo de vida eficientes do ponto de vista energético exigem, não só um compromisso político, mas também devem gerar tração através da sensibilização e do reforço de capacidades. Os projetos de crescimento sustentável ilustram ainda a importância da governação combinada. As ações complexas ou múltiplas tendem a criar e a depender de padrões sofisticados de cooperação entre os intervenientes.

► **CRESCIMENTO INCLUSIVO**

Um crescimento económica e socialmente sustentável tem de ser inclusivo para chegar a todas as camadas da sociedade. Uma condição prévia que se afigura crucial para o crescimento inclusivo é o lançamento de ações de combate à pobreza e à exclusão social, a fim de reduzir as disparidades entre os Estados-Membros e a UE. O FEDER e o FSE devem trabalhar em conjunto na modernização dos sistemas de ensino e formação, na redução do abandono escolar precoce e no investimento em infraestruturas comunitárias, bem como em infraestruturas educativas, sociais e sanitárias. O objetivo final consiste em fortalecer as comunidades e melhorar o acesso aos serviços. Os principais grupos-alvo para o crescimento inclusivo são, na maioria dos casos, pessoas caracterizadas como difíceis de alcançar e com necessidades especiais cujas condições de vida podem conduzir a um afastamento da vida em sociedade. Para quem pertence às minorias, como os migrantes, os Roma ou pessoas com deficiência, os obstáculos à participação ativa na vida da comunidade são ainda mais complexos.

► CRESCIMENTO INTELIGENTE EM VIENA

Uma incubadora para PME em fase de arranque e crescimento

Inteligente não significa grande! O projeto «Mingo», sediado em Viena, tem um orçamento superior de 3 milhões de euros sendo que metade desse valor provém do FEDER. O projeto demonstra como as pequenas empresas e as microempresas podem dar o seu contributo para o crescimento inteligente na Europa. O projeto contempla dois aspetos, designadamente, ajudar empresas jovens a alcançarem o sucesso e empresas consolidadas a manterem-se inovadoras. O projeto oferece apoio integrado na fase de arranque a fundadores de empresas, formação para pequenas empresas existentes, eventos de colaboração em rede e prémios empresariais, serviços multilingues para empresas étnicas e um sistema local que ajuda a publicitar as ruas de comércio local e a melhorar os mercados de consumo local. O Mingo disponibiliza ainda, evidentemente, espaço de escritórios para aqueles que precisam de um local para o seu negócio.

► SAIBA MAIS

www.mingo.at



► CRESCIMENTO «VERDE» EM GAND

Reduzir o consumo de energia nas habitações e nos edifícios da cidade

A cidade de Gand tem uma tradição de ativismo ambiental, pelo que não é de estranhar que seja a primeira cidade belga a apresentar o seu próprio Plano Climático Local. O Serviço do Ambiente de Gand lançou uma iniciativa notável que visa a redução do consumo de energia nas habitações e nos edifícios da cidade. Inspirado pelo elevado número de pedidos de aconselhamento sobre renovação com baixo consumo de energia, por parte de proprietários e inquilinos, foi desenvolvido um programa para fazer corresponder a procura das famílias a uma oferta adaptada do setor da construção. Profissionais de design, empreiteiros e a comunidade empresarial em geral são incentivados a desenvolver soluções técnicas, materiais e acessíveis para melhorar o desempenho energético das habitações. O projeto inclui um elemento inclusivo muito forte, na medida em que a cidade canaliza esses esforços para apoiar os agregados familiares que mais precisam, oferecendo um pacote concertado de orientação, assistência e acompanhamento para um padrão de vida mais sustentável.

► SAIBA MAIS

www.milieuadvieswinkel.be/

► CRESCIMENTO INCLUSIVO EM TERRASSA

Trabalhar na integração de migrantes e na coesão comunitária num distrito urbano

O plano para o Distrito 2 da cidade de Terrassa impulsionou a inclusão social num bairro com um risco elevado de conflito decorrente do rápido afluxo de imigrantes que tem registado e que prejudicou a ordem cívica. A Lei da Vizinhança do governo regional (Generalitat de Catalunya) constituiu o quadro e o instrumento para a reabilitação do bairro. O plano, apoiado pelo programa regional de reabilitação urbana, integrou ações sociais e a renovação do espaço urbano num único processo de transformação, reduzindo assim a segregação do distrito em relação ao resto da cidade e melhorando a sua reputação associada a tensões e conflitos. O plano foi executado com uma elevada taxa de participação dos cidadãos e adotou uma abordagem transversal entre os diferentes serviços municipais.



► SAIBA MAIS

www.terrassa.cat



▶ **CRESCIMENTO INCLUSIVO COM UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO**
 Reabilitação de uma zona desfavorecida de Budapeste investindo principalmente na habitação

O projeto do bairro de Magdolna constitui o primeiro projeto de reabilitação verdadeiramente integrado e socialmente sensível na Hungria. Implementado numa das zonas mais desfavorecidas de Budapeste, o projeto pretendeu não só a melhoria das condições de vida e de habitação, mas também o fortalecimento do sentimento de comunidade dos residentes locais. Os investimentos materiais em infraestruturas foram complementados por vários projetos imateriais que visavam dar resposta aos graves problemas sociais dos grupos marginalizados no bairro. Nesse sentido, a melhoria da qualidade física das habitações foi acompanhada de apoio para o envolvimento ativo dos residentes.



Até ao momento, foram executadas duas etapas. A primeira foi realizada em 2005-2008 e financiada pelos municípios do distrito e da cidade, ao passo que a segunda foi realizada em 2008-2011 e beneficiou do apoio do FEDER. Todavia, estas duas etapas representam apenas o início de uma estratégia de desenvolvimento mais extensa do bairro, que provavelmente demorará 15 anos.

▶ **SAIBA MAIS**
www.rev8.hu/eng.php



ser largada no futuro, uma vez que o investimento na infraestrutura urbana sem o investimento nas pessoas dificilmente levará a resultados sustentáveis.

As cidades provaram ser possível introduzir grandes mudanças com inovações sociais. Todavia, as cidades não têm competências para resolver todos os problemas visíveis no terreno. A descentralização das responsabilidades para as cidades, o aumento da participação dos cidadãos e decisões políticas esclarecidas podem não ser suficientes para travar o agravamento das disparidades ou o desemprego. As autoridades regionais e nacionais devem fazer parte da solução enquanto agentes ativos, responsáveis pela integração das políticas nos seus respetivos níveis. As cidades precisam do apoio das administrações regionais e nacionais na dimensão vertical, consoante as suas respetivas responsabilidades. As abordagens integradas e plenamente desenvolvidas podem ter um impacto mais eficaz no futuro das cidades, onde e quando os problemas de carência local estão relacionados com a dinâmica política, económica, social e ambiental nos níveis superiores de governação. Este facto revela quão importantes são os programas e as políticas nacionais existentes no desenvolvimento urbano.

A importância do reforço de capacidades, em termos de inovação e implementação de novas ideias a nível local, foi evidenciada em vários projetos. O desenvolvimento desse saber-fazer tem, muitas vezes, resultado de programas de intercâmbio como o URBACT, de trabalhos de colaboração e da aprendizagem acrescida. A aquisição de novas políticas por parte das cidades, através de programas transnacionais de aprendizagem e intercâmbio, não funciona como uma simples transação de um bem. Não é possível «copiar e colar» soluções políticas e não existem modelos a seguir. Pelo contrário, o decisor político tem de perceber como levar a cabo o desenvolvimento urbano integrado. Este processo exige um conhecimento crítico e contextual, uma vez que o quadro institucional e governativo difere de local para local. Os 50 casos são uma ferramenta importante para ajudar a divulgar o saber fazer urbano nas cidades.

▶ **SAIBA MAIS**

Cidades do futuro:
http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/citiesoftomorrow/index_en.cfm

Consulte os casos e o relatório final no Web site Inforegio:
http://ec.europa.eu/regional_policy/information/brochures/index_en.cfm#1
<http://www.aeidl.eu/fr/projets/developpement-territorial/developpement-urbain.html>



▶ MOBILIZAR AS CAPITAIS DA UE

O COMISSÁRIO HAHN INSTA OS PRESIDENTES DE CÂMARA A RESGATAR A EUROPA DA CRISE

O Comissário da UE para a Política Regional, Johannes Hahn, foi o anfitrião da primeira de uma possível série regular de conferências diretas entre a Comissão Europeia e as capitais da UE em Bruxelas, a 28 de fevereiro. O Comissário Hahn exortou os 20 presidentes de câmara presentes a demonstrar liderança no impulso da retomada e do crescimento. Defendeu um papel mais central para as capitais enquanto centros de poder económico e social da Europa, incitando ainda a uma maior proeminência da dimensão urbana na política de coesão e em todas as políticas da UE.

O Comissário para o Ambiente, Janez Potočnik, também participou na reunião. Todos os presidentes de câmara das capitais de Amesterdão, Atenas, Berlim, Bratislava, Bruxelas, Bucareste, Estocolmo, Lisboa, Liubliana, Luxemburgo, Madrid, Nicósia, Roma, Sófia, Talin, Valetta, Varsóvia, Viena e Vilnius da UE, assim como Zagreb (perspetivando a adesão da Croácia à UE em julho de 2013), assinaram uma declaração conjunta sobre o papel das cidades e o seu papel central enquanto motores do crescimento sustentável, inteligente e inclusivo. A declaração foi também subscrita por uma série de presidentes de câmara que não puderam estar presentes.



Início do diálogo sobre crescimento entre a Comissão Europeia e os presidentes de câmara das capitais da UE.

1. Arturas Zuokas (Vilnius), 2. Klaus Wowereit (Berlim),
3. Michael Häupl (Viena), 4. Zoran Janković (Liubliana),
5. Eberhard van der Laan (Amesterdão), 6. Alexiei Dingli (Valetta),
7. António Luís dos Santos da Costa (Lisboa),

8. Sten Nordin, (Estocolmo), 9. Comissário Potočnik,
10. Hanna Gronkiewicz-Waltz (Varsóvia), 11. Comissário Hahn,
12. Yordanka Fandakova (Sófia), 13. Sorin Mircea Oprescu (Bucareste),
14. Ana Botella (Madrid), 15. Milan Ftáčnik (Bratislava),
16. Milan Bandić (Zagreb), 17. Konstantinos Georkatzis (Nicosia),
18. Xavier Bettel (Luxemburgo), 19. Yiorgos Kaminis (Atenas),
20. Edgar Savisaar (Talin).

A declaração observa que «as capitais são os laboratórios onde devem ser encontradas soluções para os problemas sociais e económicos da UE» e que «as capitais são motores de inovação e crescimento inteligente e, muitas vezes, servem de polo para redes científicas e de educação». Além disso, «acreditamos que as propostas da Comissão relativas a uma maior delegação da gestão nas cidades, incluindo a gestão dos Fundos Estruturais da UE, são cruciais para garantir o pleno entendimento dos desafios urbanos e a consonância da execução com as necessidades reais».

Antes da reunião, o Comissário Hahn afirmou, «Sem as capitais da Europa, a agenda de crescimento da Europa 2020 não se tornará realidade. É por isso que insto os presidentes de câmara a assumir a liderança para resgatar a Europa da crise».

Após a reunião, o Comissário Potočnik frisou a suma importância da gestão eficiente dos recursos naturais nas áreas urbanas para a saúde e a qualidade de vida de todos os cidadãos, num ambiente global cada vez mais constricto. As cidades desempenharão um papel central na execução do Sétimo Programa de Ação em matéria de Ambiente, adotado recentemente pela Comissão.

A Comissão Europeia apresentou um conjunto de propostas para melhorar a execução de investimentos nas áreas urbanas, no quadro da reforma da política de coesão atualmente em discussão. Estas propostas sublinham uma abordagem integrada na elaboração de políticas. A Comissão propôs uma maior delegação de poderes nas próprias cidades, dando-lhes a oportunidade de testar novas abordagens para se manterem à altura dos novos desafios económicos, ambientais e sociais.

▶ SAIBA MAIS

Relatório «Cidades do Futuro»:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final_pt.pdf

Desenvolvimento Urbano Sustentável através da Política Regional da UE:

http://ec.europa.eu/regional_policy/activity/urban/index_pt.cfm

Projetos Urbanos Emblemáticos:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/mayors/2013/projects_en.cfm

▶ INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NA PRÓXIMA GERAÇÃO DE PROGRAMAS 2014-2020

No atual período dos Fundos Estruturais 2007-2013, verificou-se a expansão e o aumento da importância dos instrumentos financeiros, prevendo-se um crescimento adicional, tanto do seu volume quanto da sua importância, no próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020.

Espera-se que os Programas Operacionais para o novo QFP 2014-2020 sejam mais orientados para os resultados e incidam num número reduzido de objetivos temáticos centrais, baseados nos objetivos da Europa 2020. A sua consecução assentará, nomeadamente, na utilização adequada dos instrumentos financeiros. Procedeu-se à elaboração de um conjunto completo e atualizado de disposições e regras em matéria de instrumentos financeiros, tanto na nova regulamentação relativa aos Instrumentos Estruturais da UE como no novo Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral da UE.

Segue-se uma apresentação geral das tarefas das autoridades de gestão aquando da conceção e implementação dos instrumentos financeiros na próxima geração de programas.

Avaliação *ex-ante* e programação

As contribuições dos programas operacionais para os instrumentos financeiros devem basear-se em avaliações *ex-ante* referentes a cada instrumento financeiro. As avaliações devem identificar a presença de falhas do mercado ou situações de investimento subaproveitado, assim como definir o nível e o âmbito do investimento público necessário para o período 2014-2020 e os tipos de instrumentos financeiros necessários.

Embora a sua execução possa ser faseada, as avaliações têm de estar, em todos os casos, concluídas antes de as autoridades de gestão decidirem pagar qualquer contribuição destinada aos instrumentos financeiros.

As avaliações *ex-ante* devem ser apresentadas à comissão de acompanhamento dos programas operacionais relevantes para fins informativos. As constatações e conclusões constantes no resumo das avaliações *ex-ante* devem ser publicadas no prazo de três meses após a sua conclusão, sob a responsabilidade das autoridades de gestão.

As autoridades de gestão têm a possibilidade de incluir nos programas um eixo de prioridades distinto no que respeita a contribuições para instrumentos financeiros, a nível da UE, sob gestão direta ou indireta da Comissão Europeia (uma taxa de cofinanciamento até 100% pode ser aplicada ao eixo de prioridades em questão). Podem ainda incluir nos programas um eixo de prioridades distinto no que respeita a instrumentos financeiros sob gestão partilhada a nível nacional ou regional (nesse caso, seria aplicado um aumento de 10% à taxa de cofinanciamento).

Sempre que as autoridades de gestão tencionem dedicar um eixo de prioridades específico a instrumentos financeiros, a primeira fase da avaliação *ex-ante* deve ser levada a cabo antecipadamente, tendo em vista a apresentação de uma estimativa adequada do montante total do eixo de prioridades em questão.

Implementação, gestão e controlo de instrumentos financeiros

No que concerne a implementação de instrumentos financeiros, as autoridades de gestão têm duas opções:

- contribuir para instrumentos financeiros criados a nível da UE sob gestão direta ou indireta da Comissão, designadamente a iniciativa COSME para as PME, o programa HORIZONTE 2020 para a investigação e a inovação, a Facilidade «Interligar a Europa» para as infraestruturas, o Mecanismo de Garantia para os setores culturais e criativos, entre outros; ou
- contribuir para instrumentos criados a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiriço sob gestão direta da própria autoridade de gestão, no caso de empréstimos ou garantias, ou sob a sua própria responsabilidade.

Sempre que a gestão dos instrumentos financeiros seja da responsabilidade das autoridades de gestão, estas últimas, ou os seus representantes devidamente mandatados, devem celebrar acordos de financiamento com os intermediários financeiros selecionados. Esses intermediários podem ser entidades jurídicas existentes ou novas, o BEI, outras instituições financeiras internacionais ou ainda outros organismos adequados.

O cumprimento da legislação aplicável a nível nacional e da UE, incluindo a legislação relativa aos contratos públicos e auxílios estatais, deve ser garantido em todas as fases da implementação dos instrumentos financeiros, sob a responsabilidade das autoridades de gestão.

Contribuições dos programas para instrumentos financeiros – pagamentos intercalares

Os pagamentos dos programas operacionais destinados a instrumentos financeiros devem ser faseados. Os montantes incluídos em cada pedido de pagamento intercalar apresentado à Comissão não pode ser superior a 25 % do montante total afeto ao instrumento financeiro, ao abrigo do acordo de financiamento relevante.

Os pedidos de pagamento intercalar só serão possíveis após o pagamento de uma percentagem específica dos montantes previamente atribuídos aos instrumentos financeiros ou aprovados para garantias aos destinatários finais.

Relatórios das autoridades de gestão

As autoridades de gestão devem apresentar anualmente à Comissão relatórios sobre a implementação de cada instrumento financeiro, incluindo pagamentos ou garantias oferecidas a destinatários finais, quaisquer receitas geradas, o efeito de alavancagem obtido, entre outros. Os referidos relatórios sobre instrumentos financeiros devem ser anexados aos relatórios anuais de implementação relativos aos programas operacionais relevantes.

A partir de 2016, a Comissão deve apresentar anualmente um resumo de todos os relatórios anuais sobre a implementação de instrumentos financeiros apresentados pelas autoridades de gestão.

Encerramento dos programas operacionais e reutilização de recursos atribuíveis para apoio dos Instrumentos Estruturais da UE

As autoridades de gestão devem incluir no relatório final a despesa elegível relativa a instrumentos financeiros aquando do respetivo encerramento. No encerramento, a despesa elegível englobará montantes efetivamente pagos aos destinatários finais ou afetos para honrar garantias, bonificações de juros e prémios de garantia, assim como custos ou taxas de gestão elegíveis.

Os juros e outras receitas auferidos pelas contribuições dos programas operacionais destinadas a instrumentos financeiros, assim como os recursos por eles recebidos até ao



EMPRÉSTIMOS DAS CDFI (INSTITUIÇÕES DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES) PARA PME E EMPRESAS SOCIAIS

YORKSHIRE E HUMBER, REINO UNIDO

As CDFI usufruem de uma subvenção do FEDER para a concessão de pequenos empréstimos entre 1000 e 50000 libras esterlinas (entre 1180 e 59000 euros) a PME e empresas sociais com dificuldades em aceder às principais fontes de financiamento. Até à data, foram atribuídos empréstimos a 166 empresas, no valor de cerca de 4 milhões de libras esterlinas (4,7 milhões de euros) do FEDER, tendo sido criados ou salvaguardados 159 postos de trabalho. A Doncaster Refurnish – uma empresa social que restaura móveis doados e outros artigos domésticos para revenda local – é um dos beneficiários.

final do período de elegibilidade, têm de ser reinvestidos nos mesmos instrumentos financeiros ou outros, em conformidade com os objetivos do programa operacional. A mesma regra será aplicável a receitas e reembolsos de capital em instrumentos financeiros, oito anos após o final do período de elegibilidade. Os Estados-Membros e as autoridades de gestão devem adotar todas as medidas necessárias para assegurar a devida execução destas regras.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/financial_instruments_pt.pdf

▶ NOTÍCIAS

[NOTÍCIAS BREVES]



PROJETO-PILOTO RELATIVO AOS ROMA

Uma conferência intitulada «From pilots to outcomes: Evidence-Based Lessons on the Socio-Economic Inclusion of Roma Communities» (Dos projetos-piloto aos resultados: lições comprovadas sobre a inclusão socioeconómica das comunidades Roma), co-organizada pela Direção-Geral da Política Regional, o Programa de Desenvolvimento do BRC-ONU e o Banco Mundial, decorreu no dia 15 de março, simultaneamente, em Moldava nad Bodvou, Eslováquia, e em Bruxelas, Bélgica.

A conferência apresentou os resultados do projeto-piloto de três anos, financiado pelo Parlamento Europeu, que visou a inclusão socioeconómica dos Roma e cuja execução decorreu nos domínios do acolhimento e da educação na primeira infância, autoemprego através de microcréditos, acesso à informação e sensibilização, recolha de dados e ferramentas de monitorização e avaliação em cinco Estados-Membros da UE e na Macedónia. As recomendações em matéria de educação, emprego, habitação, saúde, sociedade civil, migração e igualdade de género foram objeto de discussão entre os representantes das principais instituições da UE, organizações internacionais, investigadores e especialistas, representantes dos Roma e os habitantes de um acampamento Roma em Moldava nad Bodvou. Uma sessão final centrou-se no papel dos Fundos Estruturais no âmbito da execução das estratégias nacionais de integração dos Roma, com base nas experiências resultantes do período de programação dos Fundos Estruturais 2007-2013.

▶ SAIBA MAIS

Projeto-piloto CE-PNUD relativo aos Roma: Web site dedicado a ferramentas e métodos de monitorização e recolha de dados:

<http://www.akvo.org/rsr/project/638/>

Web site do Projeto-piloto CE relativo à Inclusão dos Roma:

http://ec.europa.eu/regional_policy/activity/roma/events_en.cfm



CONCURSO DE FOTOGRAFIA «A EUROPA NA MINHA REGIÃO» DE 2013

Na sequência do enorme êxito da primeira edição em 2012, realizar-se-á este verão o concurso de fotografia «A Europa na minha região» de 2013. À semelhança do anterior, o concurso decorrerá através da página do Facebook da Comissão Europeia e as fotografias podem ser publicadas a partir do início de junho até meados de agosto. Os vencedores receberão os prémios durante o OPEN DAYS 2013 em outubro.



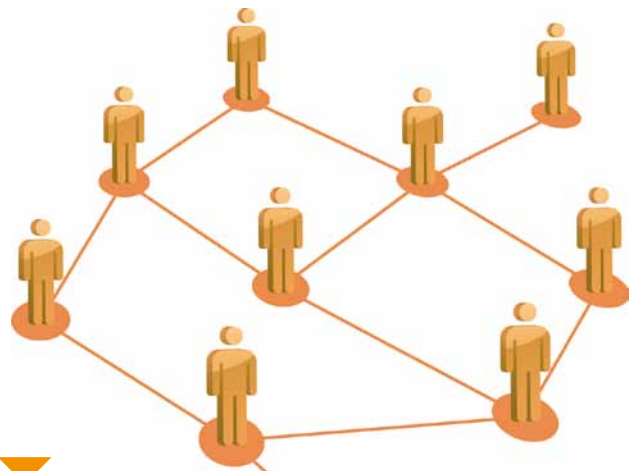


▶ OPEN DAYS 2013

O OPEN DAYS 2013 decorrerá em Bruxelas, de 7 a 11 de outubro, com o lema «Europe's regions and cities taking off for 2020» (O arranque das regiões e cidades europeias rumo a 2020), integrando entre 90 a 100 *workshops* e uma exposição intitulada «100 EUrban solutions» (100 Soluções Urbanas da UE).

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/od2013/index.cfm



▼ CONFERÊNCIA INIO-INFORM 2012

As redes de agentes de comunicação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão (INFORM) e do Fundo Social Europeu (INIO) realizaram a sua primeira conferência conjunta em dezembro de 2012 (dias 3 e 4) em La Plaine Saint Denis, Paris.

Mais de duas centenas de comunicadores de toda a Europa reuniram-se para explorar as possibilidades de uma cooperação mais estreita em todos os fundos e de atividades de comunicação conjuntas no âmbito da política de coesão. A conferência de dois dias evidenciou a existência de um acordo alargado entre os participantes no que se refere ao valor acrescentado da coordenação das atividades de comunicação entre os fundos e, quando possível, da realização de campanhas de informação conjuntas.

Em dezembro de 2013, uma importante conferência sobre comunicação, intitulada «Telling the story 2.0» (Contar a história 2.0), realçará a importância de comunicar os resultados da política de coesão da UE e apresentar boas práticas de comunicação.

▶ SAIBA MAIS

Estão disponíveis informações completas, incluindo apresentações, em:
http://ec.europa.eu/regional_policy/informing/events/201212/index_en.cfm



▼ WEB SITES PORTUGUESES E ITALIANOS DESTACAM PROJETOS FINANCIADOS PELA UE

Foi lançado um novo portal português que contém uma seleção de projetos importantes parcialmente financiados pelo Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão e a Cooperação Territorial Europeia durante o período 2007-2013.

▶ SAIBA MAIS

Os projetos podem ser procurados por região ou programa:
<http://www.qren.pt/np4/projetos>
Existe um Web site semelhante que descreve a utilização dos fundos em Itália:
<http://www.opencoesione.gov.it/>

▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

PERSPETIVAS REGIONAIS E NACIONAIS SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO

A *Panorama* agradece o seu contributo!

«Nas suas próprias palavras» é uma rubrica da *Panorama* que convida os principais «consumidores» da política de coesão a nível nacional e regional a fazer ouvir a sua voz e a dar a sua opinião sobre a política europeia em curso a nível local, seja através de um parecer centrado nos resultados e êxitos atuais ou de uma perspetiva sobre os preparativos para o período de programação seguinte.

Com mais de 270 regiões nos 27 Estados-Membros, cada uma com a sua própria história económica e cultural e manifestando necessidades específicas, é importante que os decisores políticos, os administradores e os dirigentes a todos os níveis estejam cientes do verdadeiro impacto da política de coesão a nível dos cidadãos.

Nesta edição, a *Panorama* dá a conhecer as perspetivas de quatro Estados-Membros e regiões tendo em vista os seus planos para a aplicação dos Fundos Estruturais no próximo período de programação 2014-2020. A Áustria sugere uma abordagem à futura aplicação assente em parcerias nacionais, enquanto a Inglaterra define os seus planos de execução através de parcerias locais. Por seu turno, Midi-Pyrénées propõe-se a envidar esforços no sentido da especialização inteligente e a Toscana expõe a sua série de temas específicos.

A *Panorama* agradece o seu contributo, que poderá ser incluído em futuras edições:

▶ regio-panorama@ec.europa.eu

▶ FRANÇA

▶ MIDI-PYRÉNÉES – A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE ESTÁ NO CERNE DAS PRIORIDADES POLÍTICAS

Numa zona de vanguarda da inovação, que destina 4,2% do PIB à investigação e ao desenvolvimento, não é de todo surpreendente que Midi-Pyrénées coloque a inovação e a competitividade no centro das suas políticas de desenvolvimento económico. As metas da Estratégia Europa 2020 coordenam os programas 2014-2020 de forma pró-ativa, garantindo que a resposta a estes desafios se assume como uma prioridade transversal e fundamental.

Desde 2009 que Midi-Pyrénées tem implementado uma Estratégia de Inovação Regional (EIR), que é coordenada conjuntamente pela região e o governo e fornece um sistema de governação claramente reconhecido pelas partes interessadas da região. Esta abriu portas ao florescimento de uma economia de inovação assente no conhecimento em todo o território. No período 2007-2011, foi despendido um total de 640 000 000 euros de auxílios públicos, sob a forma de incentivos, para a consecução desse objetivo.

Em virtude da proposta relativa à «especialização inteligente» para o território, um novo marco de integração acabou de ser atingido. Procura centrar-se diretamente nas forças e oportunidades para o desenvolvimento, que foram identificadas por ocasião de uma análise regional e num relatório intercalar da EIR conduzidos no outono de 2012, através de uma ampla consulta pública. Incide sobre sistemas industriais inteligentes, melhoria da qualidade das áreas circundantes e dos métodos de produção, sustentabilidade energética, materiais avançados, cancro, dependência, engenharia celular e medicina regenerativa.

Além de projetos estratégicos, apoio às empresas e ações públicas concertadas que se destinam a reforçar o potencial regional para a inovação e a promover a economia assente no conhecimento no contexto da globalização, a região de Midi-Pyrénées está ainda empenhada na realização de uma avaliação contínua sobre experiências noutras regiões.



Plataforma de micro e nanotecnologia no LAAS-CNRS, Universidade Paul Sabatier, em Toulouse.

Como parte desse exercício de comparação, Midi-Pyrénées abordou os seus parceiros na Euroregião Pireneus-Mediterrâneo, à qual preside atualmente, a fim de propor a execução de uma «Estratégia de Inovação Euroregional». Tratar-se-ia de uma iniciativa europeia revolucionária, capaz de convergir o processo

de desenvolvimento integrado na zona, envolvendo a cooperação entre Midi-Pyrénées, Languedoc-Roussillon, Catalunha e as Ilhas Baleares, em três setores prioritários (água, saúde eletrónica, produtos alimentares e agricultura).

▶ SAIBA MAIS
www.midipyrenees.fr

Departamento dos Assuntos Europeus e da Cooperação Descentralizada
 Région Midi-Pyrénées

▶ ÁUSTRIA

▶ IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM DE PARCERIA

PREPARAÇÕES NA ÁUSTRIA PARA O PERÍODO 2014-2020

Os preparativos para o período 2014-2020 na Áustria estão bem encaminhados relativamente aos programas operacionais e contratos de parceria, ambos elementos de importância estratégica na interação a nível nacional e da UE.

O contrato de parceria relativo à utilização dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (Fundos EIE) 2014-2020 na Áustria encontra-se em fase de elaboração sob o título «SRAT.AT 2020» no âmbito da Conferência Austríaca sobre Planeamento Espacial (ÖROK). Funcionará como uma plataforma comum para governos estatais e federais, conselhos municipais e autárquicos, bem como parceiros económicos e sociais. Para esse efeito, procedeu-se ao lançamento de um processo distinto, concebido para garantir a participação de



O processo STRAT.AT.2020 adota uma abordagem de parceria ampla.

todos os intervenientes e grupos de interesse relevantes. O documento final inclui o resultado de processos complementares («processos abrangentes») e integrados («subprocessos») programação específica dos fundos).

O processo STRAT.AT 2020 adota uma abordagem de parceria ampla e está estruturado de forma a ser desenvolvido (e apoiado) conjuntamente pelos parceiros estratégicos. O lançamento oficial teve lugar aquando do primeiro fórum público do STRAT.AT 2020 realizado em abril de 2012, com uma participação de mais de 250 intervenientes. Os fóruns estão abertos a todos os agentes interessados na política de coesão e nas políticas de desenvolvimento rural (parceiros de execução do programa, parceiros económicos e sociais, conselhos municipais e locais, prestadores de serviços intermédios, ONG, peritos/académicos, entre outros). O segundo fórum foi dedicado aos 11 objetivos temáticos dos Fundos EIE. Está agendada a realização de outros dois fóruns ao longo do processo.

A participação extensa, funcional e transparente de todos os intervenientes constitui uma premissa fundamental na Áustria. O recurso a «grupos de reflexão» permitirá abordar os problemas mais específicos na interface entre os Fundos EIE relevantes. Entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013, organizou-se um total de 15 grupos de reflexão sobre tópicos como desenvolvimento, dimensões urbanas, serviços sociais, biodiversidade/conservação e cooperação/CTE (Cooperação Territorial Europeia). Os resultados obtidos foram incorporados na criação do SRAT.AT 2020, constituindo igualmente um contributo útil para os respetivos processos de programação. A abordagem relativa aos objetivos horizontais foi uma das questões suscitadas, tendo sido igualmente proferidas declarações sobre a importância da cooperação territorial europeia (uma lista completa dos grupos de reflexão e a documentação dos resultados podem ser consultadas em www.stratat2020.at, o Web site oficial do STRAT.AT 2020, disponível apenas em alemão).

Em termos de conteúdo, a ligação aos processos de programação individuais e a combinação das considerações do topo para a base e das agregações da base para o topo afiguram-se de suma importância. Além da coordenação entre os fundos EIE, a integração das políticas EIE (cofinanciadas) nas várias áreas políticas, a nível nacional e regional, merece destaque. São sempre consideradas no contexto de uma estratégia ou de um espectro de financiamento mais vasto. É o que sucede na Áustria, sobretudo com os Fundos Estruturais, onde, devido às dimensões limitadas dos programas, o princípio da proporcionalidade é condição prévia para uma aplicação eficiente destas medidas nas regiões austríacas.

O projeto de contrato de parceria deverá ser objeto de um procedimento de consulta pública online em junho/julho de 2013. Será a segunda consulta pública na sequência do primeiro procedimento que teve lugar no verão de 2012. A apresentação do STRAT.AT 2020 continua agendada para 2013, juntamente com todos os programas operacionais, se tal for possível.

O processo pode ser acompanhado na íntegra em www.stratat2020.at (Web site oficial do STRAT.AT 2020 disponível apenas na língua alemã) ou www.oerok.gv.at (Web site oficial do ÖROK disponível apenas em alemão).

Dr^a. Diane C. Tiefenbacher

*Gabinete da Conferência Austríaca sobre Planeamento Espacial (ÖROK)/
Coordenação dos Fundos Estruturais da UE e do STRAT.AT 2020*

▶SAIBA MAIS
www.oerok.gv.at

▶ REINO UNIDO

▶ AS PARCERIAS LOCAIS SÃO ESSENCIAIS PARA A EXECUÇÃO DO FINANCIAMENTO EM INGLATERRA

2014-2020 será um período de mudanças consideráveis em Inglaterra, no que diz respeito à execução do FEDER. As restrições regionais do FEDER, assim como os programas e as estruturas de demarcação que contribuíram para o desencorajamento do investimento complementar de Fundos Estratégicos Comuns (FEC) distintos darão lugar a um novo e flexível programa nacional do FEC para o crescimento em Inglaterra (England Growth programme). Que fatores conduziram a estas mudanças e quais as suas implicações na política de coesão e na prática?

Ao longo dos últimos dois anos, o cenário administrativo em Inglaterra tem sofrido alterações significativas motivadas pela consciência de que, se o crescimento e o emprego forem perspetivados em consonância com o modo de funcionamento real das economias locais nas nossas cidades, vilas e aldeias, então também as disposições institucionais devem obedecer a este princípio. Nesse sentido, em alternativa às instituições e restrições regionais, procedeu-se à criação de 39 Parcerias de Empresas Locais (PEL), orientadas para o mundo empresarial, com base em geografias económicas determinadas localmente. Estas parcerias visam aproximar os líderes empresariais e cívicos para impulsionar o crescimento económico sustentável e o aumento do emprego no setor privado. Estas 39 PEL serão os pilares da execução do FEC em Inglaterra durante 2014-2020.



Com o apoio do FEDER, a Xeros Ltd, uma spin-out da Universidade Leeds, conseguiu desenvolver um processo de lavandaria com recurso a esferas de polímero. A empresa emprega agora vinte cientistas, engenheiros e pessoal de assistência em Sheffield.

Além disso, contamos vir a ter um programa de crescimento da UE a nível nacional que engloba 100% do FEDER, FSE e uma parcela do FEADER a distribuir pelas 39 PEL de Inglaterra, de acordo com as estratégias formuladas por parceiros locais. A administração simplificada no governo central possibilitará às PEL e aos parceiros locais a maximização de novas flexibilidades disponibilizadas no período 2014-2020, alinhando o FEDER, o FSE e o FEADER em pacotes de investimento único com base em dotações de fundos para os seus territórios. Os investimentos do FEC serão integrados com políticas e iniciativas locais e nacionais, a fim de garantir uma maior eficácia na alavancagem dos resultados económicos, dos interesses públicos e privados e do financiamento.

A utilização holística dos FEC afigura-se essencial, na medida em que reúne as metas da Europa 2020 e do Programa de Reforma Nacional num contexto local. O que, a par da liberdade de execução de projetos baseados em setores ou temas em qualquer área geográfica, deixa antever um modelo ambicioso e inovador do FEC em Inglaterra durante 2014-2020.

David Morrall

*Diretor da Unidade responsável pela Política do FEDER 2014-2020
Departamento das Comunidades e dos Governos Locais (DCGL)*



A Middleport Pottery, localizada em Stoke-on-Trent, está a ser transformada em unidades de espaço de trabalho para empresas criativas locais e numa nova atração para visitantes, permitindo-lhes conhecer os meandros da última fábrica de cerâmica da era vitoriana em funcionamento no Reino Unido.

▶ SAIBA MAIS

www.gov.uk/browse/business/funding-debt/european-regional-development-funding

▶ITÁLIA

▶A ABORDAGEM DA TOSCÂNIA PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

A nova etapa do planeamento financeiro da UE surge num momento crucial da nossa história. A situação das finanças públicas em Itália é indicadora do papel fundamental que o financiamento da UE desempenhará, nos anos vindouros, no investimento e, por conseguinte, no fomento da competitividade.

A Estratégia Europa 2020 define o caminho a seguir de forma inequívoca. Para a Toscânia, isso significa envidar esforços no sentido do *crescimento inteligente*, através do investimento na educação, investigação e inovação; do *crescimento sustentável*, dedicando-se a questões como o ambiente, a utilização dos solos e a energia; e do *crescimento inclusivo*, designadamente ao conferir prioridade à criação de emprego e à redução da pobreza.

Como tal, a aplicação dos recursos da UE de forma rápida e conveniente deixará de ser suficiente. A Toscânia está a registar um desempenho superior ao de outras zonas do país. Todavia, os seus problemas de infraestruturas e as questões associadas à difusão do crescimento económico são evidentes. Teremos de optar por medidas prioritárias que tenham um efeito significativo, assumindo a responsabilidade de direccionar os fundos da UE para resultados executáveis e suscetíveis de serem medidos e avaliados.

Para esse efeito, a Toscânia tenciona centralizar a política de coesão para o período 2014-2020 em três temas transversais:

- **Juventude** através do projeto integrado *Giovanisi* (Jovens – sim!), que oferece um leque de oportunidades aos jovens, financiadas com recursos regionais, nacionais e da UE, incluindo, por exemplo, apoio a estágios, empresas em fase de arranque e primeiras aquisições;
- **Redes urbanas** (para impulsionar a competitividade, inovação social e experimentação);
- **Áreas internas** (através de atividades no âmbito do turismo, agricultura e silvicultura e economia «verde»).

Na aplicação a estes três domínios essenciais, a Toscânia centrará as atenções nas seguintes prioridades:

- investimento na investigação e transferência de tecnologia a fim de promover o papel da indústria transformadora;
- garantia de acesso à banda larga em toda a Toscânia e facilitação da comunicação online com a administração pública;
- incentivo no acesso ao crédito, incluindo o microfinanciamento;
- desenvolvimento da competitividade da cadeia de abastecimento agroalimentar, incentivando a geração



O Presidente da Região da Toscânia, Enrico Rossi, com a faixa do projeto de apoio à juventude, Giovanisi.

seguinte a assumir o seu lugar e promovendo a sustentabilidade ambiental;

- consecução da sustentabilidade energética através do desenvolvimento de setores tecnológicos especializados;
- revitalização de zonas degradadas, prevenção da instabilidade hidrogeológica, adaptação às alterações climáticas, proteção da biodiversidade e da paisagem tradicional;
- aumento da mobilidade e maior acessibilidade;
- estímulo à procura de trabalhadores qualificados e ao aumento da produtividade entre as PME;
- apoio a medidas de inclusão social;
- combate ao abandono escolar precoce;
- investimento numa plataforma destinada ao «renascimento das tradições culturais da Toscânia».

Para que o próximo período de programação 2014-2020 tenha um início verdadeiramente auspicioso, a região da Toscânia analisou as suas práticas de trabalho internas e criou uma «sala de controlo» (ou «grupo diretor e de coordenação») que reúne todas as autoridades de gestão dos Fundos Estruturais, com o intuito de garantir uma abordagem uniforme na programação e identificação de prioridades nas fases de conceção e execução.

Enrico Rossi

Presidente da Região da Toscânia

▶SAIBA MAIS

www.regione.toscana.it

▶ MALTA

▶ O NOVO TERMINAL DE FERRY

POTENCIARÁ O TURISMO E O TRANSPORTE INTERINSULAR

Custo total:
10 868 000 EUR
Contribuição da UE:
8 800 000 EUR

Um terminal de *ferry* moderno foi construído no porto Ċirkewwa de Malta com o apoio dos fundos de coesão da UE. O novo terminal, localizado na extremidade norte da ilha, melhorará o serviço para os passageiros pendulares, sobretudo os residentes na ilha de Gozo, o turismo e o tráfego de carga, estimulando igualmente a economia.

O terminal de *ferry* em Ċirkewwa faz parte da rede transeuropeia de transportes de Malta. O projeto teve como objetivo principal a redução do congestionamento no terminal de Ċirkewwa e a melhoria da rede de transporte nas ilhas de Malta. Os ferries Ro-PAX circulam com uma frequência regular entre o terminal de Ċirkewwa e o porto de Mġarr, na ilha de Gozo, transportando cerca de dois milhões de veículos e quatro milhões de passageiros por ano. No verão, realizam-se igualmente viagens de barco até à ilha de Comino partindo do porto de Ċirkewwa, bem como excursões de mergulho organizadas.

No novo terminal de *ferry*, os cais existentes são atualmente objeto de reabilitação, procedendo-se ainda à introdução de um terceiro ancoradouro no cais norte, além de edifícios, obras rodoviárias e outras melhorias de carácter geral. As novas instalações incluem um edifício para assistência a passageiros, assim como passadiços para passageiros a pé e passarelas flexíveis para acesso aos barcos. Foram igualmente construídas zonas de triagem para veículos, parques de estacionamento e um terminal de autocarros e transportes públicos. Para reduzir o congestionamento, houve uma melhoria do acesso através da ligação de estradas de acesso e circulação à rede rodoviária arterial principal.

Simplificar o tráfego

A nova infraestrutura conduzirá a uma maior eficiência e proteção em situações meteorológicas adversas. Oferecerá níveis elevados de segurança e conforto, prestando um

serviço melhorado ao tráfego de passageiros e de carga que transitará por Ċirkewwa. Com a simplificação do tráfego de passageiros e veículos, prevê-se que o terminal, devido ao aumento da sua capacidade, reduza os tempos de viagem e aumente o rendimento do tráfego.

Vantagens económicas

Cerca de 12 milhões de euros estão a ser investidos na construção do novo terminal, que contribuirá para melhorar a experiência de viagem, bem como a acessibilidade à ilha de Gozo, diminuindo a sua insularidade. Espera-se que o empreendimento facilite ainda mais o transporte dos turistas até Gozo, tão importantes para a economia da ilha, bem como a libertação do potencial económico da região, melhorando a qualidade de vida tanto dos habitantes de Gozo quanto dos visitantes.

Eficiência energética

O edifício do novo terminal alberga um dos maiores geradores fotovoltaicos em Malta. A instalação de uma turbina eólica na parte sul do porto será outra estreia. Com estas instalações e outras medidas de poupança energética, o terminal fará uso substancial de energia «verde» nas suas operações, reduzindo assim a sua pegada de carbono. «*Estas instalações foram concebidas no sentido de melhorar o acesso para todos e oferecer uma experiência de viagem positiva aos viajantes entre Malta e Gozo*», comentou Christopher Farrugia da Transport Malta. «*Um serviço melhorado da rede de transporte interinsular, dotado de maior eficiência, segurança e conforto, constituirá uma vantagem económica para toda a comunidade*».

▶ SAIBA MAIS

<https://investinginyourfuture.gov.mt/project/public-infrastructure/cirkewwa-ferry-terminal-33947651>

▶ TALIN, ESTÓNIA

▶ O ÊXITO DA ENERGIA SOLAR NUMA EMPRESA EM FASE DE ARRANQUE



Custo total:
2 143 000 EUR
Contribuição da UE:
1 500 000 EUR

Película fotovoltaica flexível utilizando CZTS para integração em elementos de construção.

O apoio da política regional ajudou uma empresa austro-estónia em fase de arranque, a Crystalsol Ltd, a desenvolver uma inovadora tecnologia de painéis solares na Estónia, tornando-se a primeira empresa do mundo a fazer uso de materiais populares de baixo custo.

Constituída como uma empresa *spin-off* da Universidade Técnica de Talin em 2008, a Crystalsol beneficiou do apoio do FEDER através do Programa Operacional estónio «Desenvolvimento da Conjuntura Económica» e da Enterprise Estonia que promove o empreendedorismo no país.

O projeto *Development of a cost efficient solar panel* (Desenvolvimento de um painel solar rentável) contribuiu para a criação de um tipo totalmente novo de módulo fotovoltaico flexível utilizando material semiconductor e reduzindo, por conseguinte, a necessidade de recorrer a metais raros dispendiosos na produção de painéis solares. Além disso, esta nova tecnologia custa menos 30-50% em comparação com a média atual da indústria.

A tecnologia torna possível, já na fase de construção, a integração de painéis solares em vários elementos estruturais, designadamente as fachadas de vidro ou os materiais para telhado, o que, por seu turno, diminui o custo das energias renováveis e reforça o equilíbrio energético do edifício. O objetivo consiste em transformar os edifícios consumidores de energia em produtores de energia.

A empresa criou 24 novos postos de trabalho, graças ao financiamento da UE, beneficiando ainda de capital da

Finlândia, Noruega e Áustria, e celebrou acordos com várias universidades e instituições, tanto na Europa como em países mais longínquos, como Singapura. Não obstante o facto de a tecnologia, apoiada por um investimento adicional de 8 milhões de euros, ainda estar em desenvolvimento, já foi celebrado um acordo para a sua venda à EDP, um grupo português de empresas de energia.

A Crystalsol registou uma evolução notável desde a sua criação, sendo que, em 2012, os lucros da empresa ascenderam praticamente a um milhão de euros, em virtude da venda de serviços de investigação e desenvolvimento e da sua principal inovação patenteada, o pó semiconductor. A empresa beneficiará igualmente de uma subvenção adicional do FEDER para melhorar a eficiência do material semiconductor.

O mercado dos painéis solares está a expandir-se rapidamente à medida que a tecnologia solar se torna uma das alternativas mais promissoras à produção de eletricidade, contribuindo para a redução das emissões de CO₂ e o aumento da sustentabilidade da produção de energia. Um facto demonstrado pelo volume de negócios global da indústria em 2012, que atingiu os 23 mil milhões de euros, e um aumento da capacidade de produção anual em 41% nos últimos dois anos.

Graças à sua nova e globalmente inovadora tecnologia solar, a Crystalsol está em vias de alcançar o objetivo de se tornar líder no mercado de painéis solares integrados.

▶ SAIBA MAIS
www.crystalsol.com/

▶ RIGA, LETÓNIA

▶ UTILIZAR A NANOTECNOLOGIA

PARA PROCESSOS AVANÇADOS DE REVESTIMENTO INDUSTRIAL

O primeiro centro de revestimento industrial na Letónia a utilizar nanotecnologia abriu as portas no verão de 2012. Tendo recebido financiamento da UE para apoio ao desenvolvimento, o processo patenteado oferece revestimentos mais económicos e de elevado desempenho destinados às indústrias automóvel, aeroespacial e de microchips.

A empresa letã Naco Technologies desenvolveu um processo de nano-revestimento de ponta que oferece maior velocidade, flexibilidade e eficácia em termos de custo ao adicionar revestimentos especiais a produtos de precisão utilizados em diversas indústrias de tecnologia avançada, muitas das quais exigem revestimentos de elevado desempenho para acrescentar propriedades físicas específicas, tais como proteção, durabilidade, resistência química e desempenho.

Tecnologia patenteada

A PME sediada em Riga desenvolveu uma tecnologia de revestimento avançada com base na pulverização em magnetron e ião-plasma a alta velocidade realizada numa câmara de vácuo. Este processo de nano-revestimento patenteado é capaz de criar revestimentos sofisticados de várias camadas e componentes – segundo os requisitos – que podem ser tão finos quanto 0,01-150 micrones e aumentar consideravelmente a vida útil das partes revestidas, melhorando a funcionalidade.

Vantagens

Graças à nova tecnologia, o fabrico de produtos de revestimento pode tornar-se 10 vezes mais rápido do que com as tecnologias de revestimento existentes. O equipamento é extremamente eficiente do ponto de vista energético e substitui os tradicionais métodos químicos de revestimento que são prejudiciais para o ambiente. A par da elevada qualidade do revestimento, da elevada velocidade de produção e da dimensão ecológica, o novo processo oferece níveis elevados de flexibilidade para fins de personalização. A mesma máquina de revestimento pode fornecer um vasto leque de soluções técnicas para indústrias distintas.

Ao longo dos últimos três anos, 140 componentes e montagens diferentes foram revestidos com a tecnologia e testados de acordo com as normas ISO.

Financiamento da UE

O êxito do estabelecimento da Naco Technologies foi possível graças ao apoio financeiro do primeiro investidor do país em empresas de especialização tecnológica em fase de arranque e constituição, *Imprimatur Capital*.

Este fundo de capital de risco inicial foi criado ao abrigo da iniciativa JEREMIE, que permite aos Estados-Membros e às regiões da UE aplicar dinheiros dos Fundos Estruturais e recursos nacionais em fundos de participação que podem estimular o desenvolvimento de empresas emergentes, inovadoras e de elevado crescimento tecnológico. A empresa atraiu capitais próprios adicionais para a aquisição e instalação de novos equipamentos da *Imprimatur Capital Technology Venture Fund* e da *ZGI Capital*, ambas da Letónia, complementados por subvenções dos Fundos Estruturais da UE.



Custo total:
591 000 EUR
Contribuição da UE:
149 000 EUR

«A nossa tecnologia é o método líder entre as técnicas de nano-revestimento devido à sua elevada produtividade, qualidade e versatilidade», comentou Alexander Parfinovics, Presidente e Cofundador da Naco Technologies. «O objetivo a longo prazo da nossa inovadora empresa consiste em construir um centro de engenharia nanotecnológica de excelência na Letónia e desenvolver um negócio internacional de sucesso e de elevado crescimento direcionado para as indústrias transformadora, automóvel e aeroespacial.»

▶ SAIBA MAIS
www.nacotechnologies.com/



Custo total:
10 500 000 EUR
Contribuição da UE:
2 500 000 EUR

▶ LANGUEDOC-ROUSSILLON, FRANÇA

▶ REALIS

CRIAR AS FERRAMENTAS DE CRESCIMENTO E EMPREGO NA ECONOMIA SOCIAL

Na região de Languedoc-Roussillon, no sudoeste de França, a inovação social é considerada essencial para o desenvolvimento económico à escala europeia. Em outubro de 2013, a incubadora de empresas financiada pela UE, REALIS, será inaugurada para incentivar e apoiar o crescimento de empresas sociais e impulsionar o emprego local e a prosperidade.

A economia social em Languedoc-Roussillon já emprega mais de 14% da população local ⁽¹⁾. É considerada uma «especialização inteligente» para a região e, nesse sentido, constitui um fator crucial do seu desenvolvimento económico a longo prazo.

A região tem assumido, desde 2005, um papel ativo na expansão da economia social, trabalhando com agentes e redes locais para criar as ferramentas e as infraestruturas de apoio necessárias. Estes projetos interligados estão sob a alçada da REALIS (*Réseau Actif pour l'Innovation Sociale/Rede Ativa para a Inovação Social*), que representa atualmente uma parceria estreita e uma rede estruturada de organizações que se apoiam mutuamente e que se dedicam a projetos geradores de emprego no sentido de fomentar a coesão social e a riqueza humana.

A *Alter'Incub* foi criada para apoiar projetos emergentes e inovadores e a *École de l'Entrepreneuriat* ajuda a desenvolver as competências dos empreendedores sociais. A rede *Coventis* apoia o desenvolvimento de empresas e a *REPLIC* promove a reprodução de projetos. Foi igualmente criada uma «creche» (la *Pépinière ESS*) para apoiar os «jovens rebentos» da economia social.

⁽¹⁾ Languedoc-Roussillon ocupa o quarto lugar, a nível nacional, em termos de economia social, empregando cerca 95 000 pessoas, das quais 75% trabalham em associações.

A *Alter'Incub* já estudou 130 planos de negócio, dos quais 45 empresas estão em fase de pré incubação e 33 em fase de incubação. Até ao momento, ajudou a criar 14 empresas e prevê, em média, entre 5 a 6 novas empresas por ano, o que poderá criar até 75 postos de trabalho até junho de 2013.

Em outubro de 2013, a incubadora de empresas REALIS será inaugurada, tornando-se numa estrutura-chave de ligação de todos estes elementos. Localizado no Parc 2000 em Celleneuve, perto de Montpellier, o centro de apoio disponibilizará espaços de escritório e instalações de produção, facultará aconselhamento e trabalhará estreitamente com a rede regional de apoio às empresas. As empresas sociais beneficiarão de parcerias e apoios durante cerca de três anos.

«A abordagem da REALIS e a rede que criou é o primeiro instrumento desta natureza em França, constituindo um modelo suscetível de ser reproduzido em toda a Europa», comentou Myriam Ludwig, responsável pelo setor da economia social, região de Languedoc-Roussillon. *«Ajudará a promover o crescimento económico e o emprego na nossa região, através do desenvolvimento de empresas de sucesso e sustentáveis, orientadas para a dimensão social.»*

▶ SAIBA MAIS

http://www.info-entrepriseslr.fr/themes/creer_reprendre/economie_sociale_et_solidaire/realis_un_reseau_innovant_pour_l_ess_porte_par_une_marque

COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

▶ REGIÕES QUE TRABALHAM EM CONJUNTO NA INCLUSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO



Uma rede de centros de recursos foi introduzida na Europa com vista a facultar às mulheres competências e aconselhamento em matéria de manutenção do emprego, sobretudo em áreas como as TIC e o empreendedorismo.

O projeto WINNET 8, com uma duração de dois anos, foi lançado em 2010 com o objetivo de apoiar o crescimento regional por via do fomento da participação das mulheres no mercado de trabalho e da transformação das relações entre os géneros, especialmente em campos tradicionalmente dominados pelos homens. Com este projeto, procurou-se igualmente definir políticas regionais, nacionais e da UE relativas ao estatuto da mulher no mercado de trabalho e garantir a integração dessas abordagens nas políticas gerais.

Financiado pelo Programa Interreg IVC da UE, o projeto visou tirar pleno partido das experiências anteriores e consolidar esses esforços em termos internacionais, através da participação de agentes locais, regionais e nacionais em oito Estados-Membros da UE: Bulgária, Finlândia, Grécia, Itália, Polónia, Portugal, Suécia e Reino Unido.

Centros de Recursos para Mulheres

O trabalho encetado tem como elemento-chave a divulgação na Europa do modelo dos Centros de Recursos para Mulheres criado na Suécia. O modelo em causa constitui uma ferramenta para a consecução da igualdade de género na política de desenvolvimento regional, quer nas áreas rurais quer nas urbanas. O principal grupo-alvo dos Centros de Recursos para Mulheres são mulheres que desejam concretizar as suas ideias para novos negócios, inovação, emprego, projetos, entre outros. Os Centros de Recursos para Mulheres facultam às mulheres consultoria em matéria de empresas, desenvolvimento e financiamento de projetos, orientação e redes de ação conjunta, usufruindo do apoio de uma associação europeia, WINNET Europe, que, desde 2006, tem apoiado a participação das mulheres no desenvolvimento regional. Em 2011, foi criado um Centro de Excelência Winnet na Suécia para analisar e divulgar em toda a Europa as experiências dos Centros de Recursos para Mulheres.

Custo total:
2 357 000 EUR
Contribuição da UE:
1 836 000 EUR

Decisores políticos

Os decisores políticos e os funcionários públicos constituem um grupo-alvo importante para as atividades dos Centros de Recursos para Mulheres e, com o intuito de introduzir uma perspetiva de género na elaboração das políticas, foram criados Grupos de Agentes Múltiplos a nível local que funcionam como um fórum de cooperação entre as autoridades de gestão, as autoridades locais e regionais, as empresas, as instituições de investigação, os Centros de Recursos para Mulheres, ONG, entre outros. Como resultado, registou-se a elaboração de nove Planos de Ação regionais nos referidos Estados-Membros.

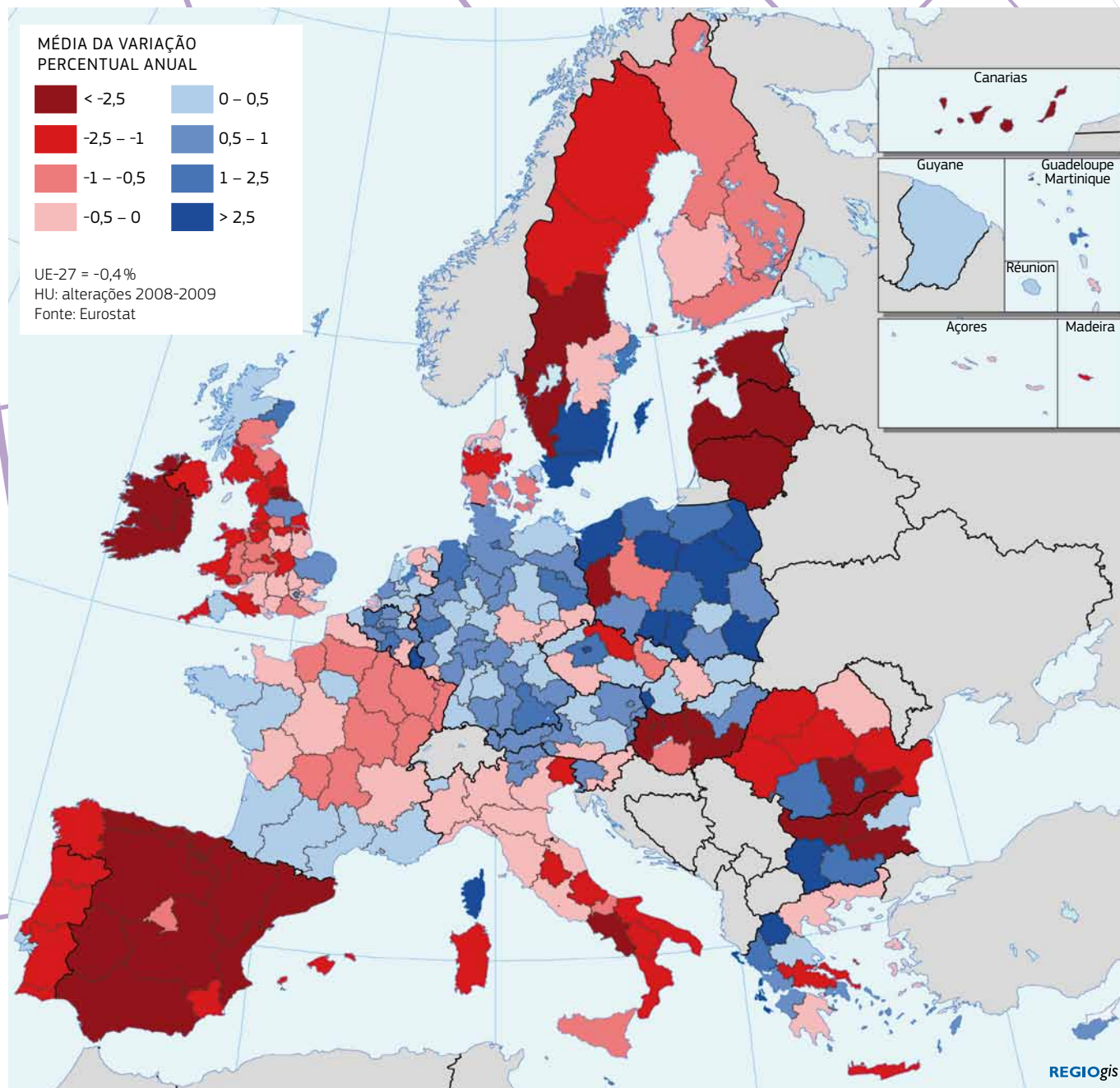
Intercâmbio das melhores práticas

A par de várias publicações que se debruçam sobre as melhores práticas, foi igualmente publicado um guia intitulado *Women Resource Centres, Innovation & Practices for Smart, Inclusive and Sustainable Growth (Centros de Recursos para Mulheres, Inovação e Práticas para um Crescimento Inteligente, Inclusivo e Sustentável)* que inclui uma seleção de exemplos de boas práticas verificadas nos Estados-Membros. Foi ainda elaborado e divulgado, a nível regional, nacional e europeu, um livro sobre recomendações políticas intitulado *Innovation & Policies, for Smart, Inclusive and Sustainable Growth (Inovação e Políticas para um Crescimento Inteligente, Inclusivo e Sustentável)*.

«A experiência adquirida na Suécia no que se refere à melhoria da empregabilidade das mulheres revelou-se muito preciosa para outros países da Europa», observou Carin Nises do município de Älvdalen (parceiro principal). «O projeto WINNET 8 está a contribuir positivamente para as prioridades da política de coesão 2014-2020 em matéria de melhoria da igualdade de género no mercado de trabalho».

▶ SAIBA MAIS
www.winnnet8.eu

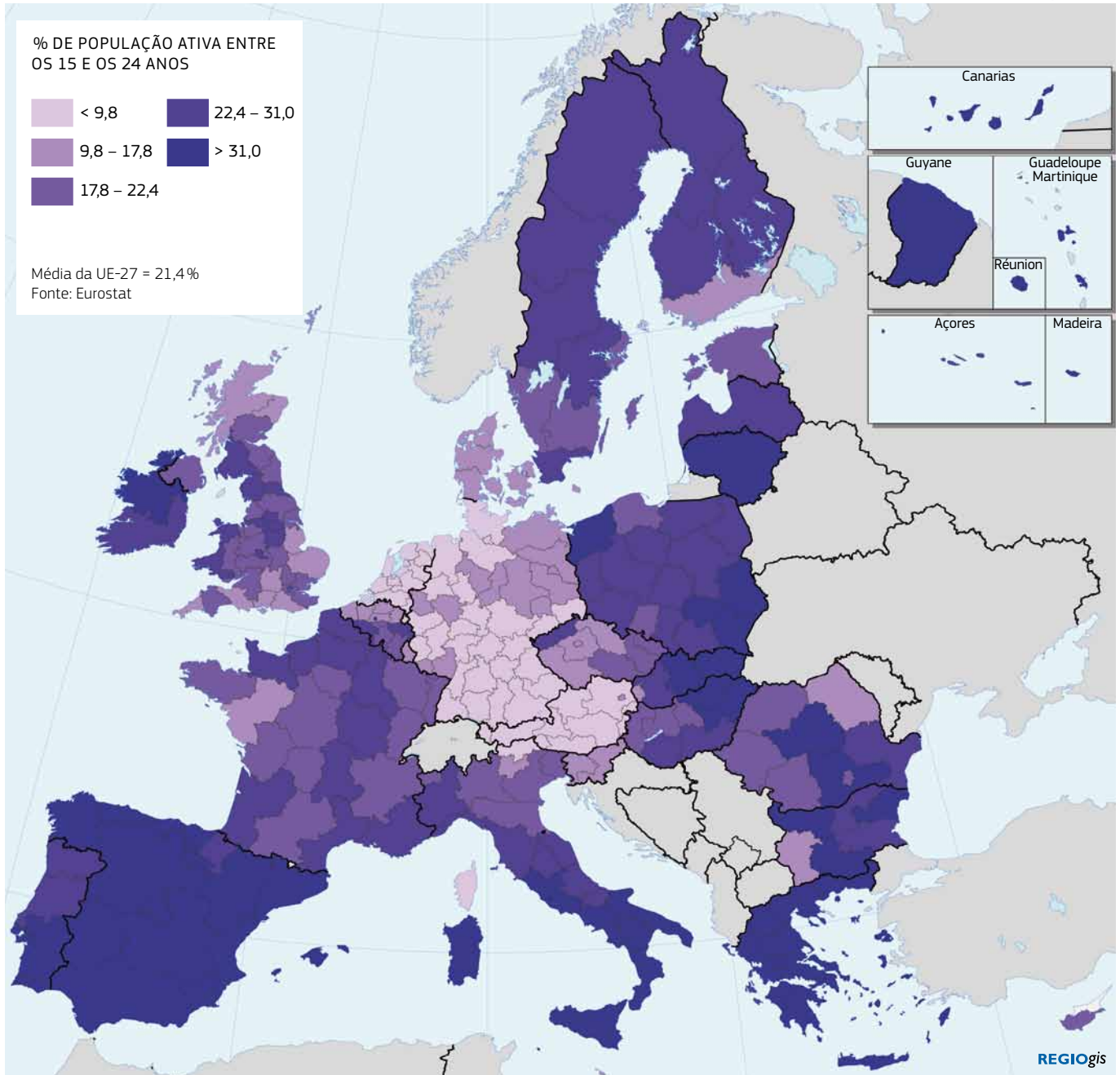
▶ AUMENTO DO EMPREGO TOTAL, 2007-2009



Entre 2007 e 2009, verificou-se uma diminuição do emprego em mais de metade das regiões da UE. A referida diminuição foi particularmente acentuada em regiões como Espanha, Irlanda e os países Bálticos, com variações entre -6% e -3% por ano. Na Grécia, o emprego apenas diminuiu em quatro das doze regiões em 2009, mas, desde então, tem

havido um agravamento das perdas de emprego no país. Na Bulgária, as perdas de emprego intensificaram-se após 2009. No extremo oposto, vinte regiões registaram um aumento do emprego de 2% ou mais. A maioria das regiões na Polónia, Alemanha, Áustria, Bélgica e Países Baixos registaram um aumento do emprego nesse período.

▶ TAXA DE DESEMPREGO NOS JOVENS, 2011



Em 2011, o desemprego entre os jovens atingiu níveis preocupantes. Uma em cada quatro regiões registou uma taxa entre 30% e 65%. A maioria das regiões em Portugal, Espanha, sul de Itália e Grécia, assim como determinadas regiões do leste da Polónia, Eslováquia e Hungria, foram afetadas por uma elevada taxa de desemprego entre os jovens. Somente os Países Baixos, Alemanha e Áustria evidenciaram

uma taxa de desemprego entre os jovens inferior a 10% na maioria das suas regiões. Na Áustria, Bélgica, Alemanha e Reino Unido, a região da capital registava uma das taxas mais elevadas, ao passo que na República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia e Bulgária a região da capital apresentava uma das taxas mais baixas.

▶ DESTAQUES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO DA JASPERS

Uma avaliação da iniciativa JASPERS (Assistência Conjunta de Apoio a Projetos nas Regiões Europeias), solicitada pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana, apresentou recentemente as suas principais constatações e recomendações⁽¹⁾. A AECOM (Irlanda) realizou a avaliação em 2012, recorrendo a uma combinação de análises de bases de dados, estudos de caso, workshops nos países e entrevistas junto dos Estados-Membros, da Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia e do pessoal da JASPERS. A avaliação englobou os seis anos desde a criação da JASPERS até 2011.

A iniciativa JASPERS foi criada para aumentar a capacidade dos países beneficiários para uma melhor aplicação do financiamento da UE⁽²⁾. Ao prestar assistência técnica com vista à melhoria da quantidade e qualidade de projetos de grande envergadura, esperavam-se benefícios consideráveis nas regiões em causa e na União Europeia no seu todo. Aquando da sua adesão à UE, os novos Estados-Membros manifestavam uma relativa falta de experiência e capacidade para lidar com projetos de investimento de grande escala. Por outro lado, registou-se um aumento na quantidade de recursos afetos a grandes projetos de infraestrutura, assim como um aumento no âmbito dos projetos que poderiam receber apoios ao abrigo do financiamento de coesão.

A JASPERS é uma parceria entre a Comissão Europeia, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e o KfW Bankengruppe. Conta com delegações regionais no Luxemburgo, em Viena, Bucareste, Sófia e Varsóvia. O apoio da iniciativa JASPERS destina-se

(1) A avaliação, os termos de referência, o relatório final e a documentação de apoio estão disponíveis no Web site Inforegio em:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/eval2007/jaspers_evaluation/final_report_131212.pdf

(2) Os 12 países da UE que constituem Estados-Membros beneficiários da iniciativa JASPERS são: Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia e República Checa.

(3) Um projeto de grande envergadura é definido como tendo um custo superior a 50 milhões de euros. A JASPERS utiliza esta definição para projetos de infraestruturas. No caso de projetos ambientais de grande envergadura, estes são definidos como tendo um custo igual ou superior a 25 milhões de euros.

a projetos em determinados setores, tais como portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, infraestruturas e serviços urbanos, energia e resíduos sólidos, abastecimento de água, águas residuais e economia do conhecimento.

Através da avaliação, pretendia-se definir o impacto da iniciativa JASPERS na qualidade e na calendarização da elaboração, entrega, aprovação e execução de projetos importantes nos países que aderiram à União Europeia em 2004 e 2007⁽³⁾.

Principais constatações da avaliação

▶1. A iniciativa JASPERS provou ter um valor considerável para os Estados-Membros em matéria de desenvolvimento de projetos e candidaturas a financiamentos, havendo ainda uma forte procura dos seus serviços. Existem provas estatísticas sólidas que confirmam que o apoio da JASPERS reduz significativamente a duração do processo de aprovação pela Comissão, assim como o tempo despendido no desenvolvimento de projetos por parte dos Estados-Membros.

▶2. O envolvimento da JASPERS na fase estratégica e o apoio que presta aos Estados-Membros a nível do desenvolvimento da capacidade de planejar projetos constituem o maior potencial de melhoria da qualidade dos projetos.

Principais recomendações da avaliação

▶1. Uma abordagem estratégica

A JASPERS deve ter um objetivo explícito para desenvolver a capacidade de planeamento de projetos dos Estados-Membros, sendo necessária uma maior concentração de esforços nesse objetivo. É proposto um plano de trabalho, com a duração de três anos, acordado entre a JASPERS e cada Estado-Membro. Os planos de trabalho devem estar adaptados às necessidades e potencialidades de cada Estado Membro.

▶2. Exercer impacto na fase de conceção dos projetos

A JASPERS deve atuar o mais cedo possível no processo de conceção dos projetos, facultando aconselhamento técnico ou especializado logo desde a fase embrionária do planeamento. Esta intervenção pode incluir uma recomendação no sentido



O Copernicus Science Centre em Varsóvia, Polónia, recebeu assistência da iniciativa JASPERS. Abriu em novembro de 2010.

de não prosseguir projetos que não constituem uma prioridade ou que apresentam lacunas graves. Uma forma eficaz de utilizar os recursos seria o fornecimento de aconselhamento sistemático por parte da JASPERS sobre os termos de referência para estudos de viabilidade dos projetos e sobre a avaliação desses estudos antes da sua conclusão.

►3. Maior formalização dos regimes de trabalho

Os regimes de trabalho entre a JASPERS, a Comissão Europeia e os Estados-Membros devem ser objeto de uma maior formalização, no sentido de esclarecer as funções e responsabilidades entre a Comissão Europeia, os Estados-Membros e a JASPERS.

►4. Desenvolver a abordagem setorial

O aconselhamento da JASPERS em matéria de elaboração de estratégias setoriais deve ser disponibilizado de forma sistemática aos Estados-Membros. O seu envolvimento seria de carácter consultivo e mediante o convite dos Estados-Membros.

►5. Desenvolver as capacidades técnicas e de planeamento de projetos dos Estados-Membros

Afigura-se necessária uma abordagem mais estratégica para reforçar a capacidade dos Estados-Membros em selecionar e desenvolver projetos de elevada qualidade. Com base numa análise das capacidades de planeamento de projetos de cada Estado Membro, a JASPERS poderia centrar-se em atividades específicas com repercussões significativas na qualidade do projeto e no respetivo planeamento.

►6. Melhorar a transferência de conhecimentos das missões da JASPERS

Os resultados da avaliação confirmam a necessidade e a importância de melhorar a transferência de conhecimentos. A JASPERS deve implementar um sistema para destacar problemas técnicos que foram abordados e resolvidos em projetos específicos, mas que podem ser relevantes no âmbito geral. Exige-se igualmente ação por parte dos Estados-Membros – nomeadamente, através da identificação das estruturas implementadas e das ações necessárias – a fim de garantir uma transferência eficaz de conhecimentos.

►SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/the_funds/instruments/jaspers_pt.cfm

AGENDA

**24 E 25 DE ABRIL
DE 2013**

_Varsóvia (PL)

Conferência RURBAN –
«Sustainable Urban Rural
Partnerships» (Parcerias
urbanas e rurais
sustentáveis)

**21 DE SETEMBRO
DE 2013**

_Toda a Europa

European Cooperation Day

**7 A 10 DE OUTUBRO
DE 2013**

_Bruxelas (BE)

OPEN DAYS 2013

**28 E 29 DE OUTUBRO
DE 2013**

_Bucareste (RO)

2.º Fórum Anual
da Estratégia da UE para
a Região do Danúbio

**9 E 10 DE DEZEMBRO
DE 2013**

_Bruxelas (BE)

Conferência «Telling a story»
(Contar uma história)

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Info regio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Gostaríamos de saber quais os resultados da política de coesão na sua região, evidenciando os resultados e os benefícios tangíveis para os cidadãos e o seu parecer sobre os preparativos para o próximo período de programação.

As contribuições selecionadas serão publicadas na próxima edição da revista *Panorama*. Envie as suas propostas de artigos (máximo de 1500 caracteres sem espaços) para:

regio-panorama@ec.europa.eu



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Anna-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm

